

	REGRAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE PLANTAS - EXTRATOS	Pág. 1 de 37
---	--	---------------------

REGRAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE PLANTAS

Aplicável a plantas e produtos vegetais não processados, incluindo sementes e outros materiais reprodutivos vegetais, e outros produtos listados no Anexo I do Regulamento UE 2018/848.

RESUMOS DOS REGULAMENTOS EUROPEUS

- UE 2818/848 (versão consolidada de 21/02/2023)
- UE 2021/1165 (versão consolidada de 07/02/2023)
- UE 2020/464 (versão consolidada de 25/11/2021)

Em conformidade com os requisitos previstos no artigo 1.2.e do Regulamento (UE) 2021/1698, a BIOAGRICERT apresenta este resumo das regras de produção e medidas de controlo estabelecidas no Regulamento (UE) 2018/848 e nos atos delegados e de execução adotados em conformidade com o mesmo, com base na versão consolidada acima mencionada, disponível em [inserir link aqui].

<https://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/consleg.html>

Este resumo inclui uma tradução não oficial, em idiomas compreensíveis para os operadores contratados nos países terceiros para os quais a BIOAGRICERT solicita reconhecimento.

Em caso de litígios relacionados com a interpretação deste documento, aplicar-se-á exclusivamente a versão oficial do referido regulamento, disponível numa das línguas oficiais da União Europeia.

<https://eur-lex.europa.eu/homepage.html>

Este texto tem caráter meramente documental e não possui qualquer efeito jurídico. As instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo seu conteúdo. As versões autênticas dos atos relevantes, incluindo os seus preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e disponíveis no EUR-Lex. Esses textos oficiais podem ser acessados diretamente através dos links presentes neste documento.

REGULAMENTO (UE) 2018/848 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

de 30 de maio de 2018

sobre a produção biológica e a rotulagem dos produtos biológicos e revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho

(RESUMO da versão consolidada de 21/02/2023)

CAPÍTULO I - OBJETO, ÂMBITO E DEFINIÇÕES

Artigo 1

Assunto

Este Regulamento estabelece os princípios da produção biológica e define as regras relativas à produção biológica, à certificação conexa e à utilização de indicações referentes à produção biológica na rotulagem e na publicidade, bem como regras sobre controlos adicionais aos previstos no Regulamento (UE) 2017/625.

Artigo 2

Escopo

1. O presente regulamento aplica-se aos seguintes produtos originários da agricultura, incluindo a aquicultura e a apicultura, enumerados no anexo I do TFUE, e aos produtos derivados desses produtos, sempre que esses produtos sejam, ou se destinem a ser, produzidos, preparados, rotulados, distribuídos, colocados no mercado, importados para a União ou exportados da União:

- (a) produtos agrícolas vivos ou não processados, incluindo sementes e outros materiais reprodutivos de plantas;
- (b) produtos agrícolas processados para uso como alimento;
- (c) alimentar.

Este regulamento aplica-se igualmente a certos outros produtos estreitamente ligados à agricultura, enumerados no anexo I do presente regulamento, sempre que sejam, ou se destinem a ser, produzidos, preparados, rotulados, distribuídos, colocados no mercado, importados para a União ou exportados da União.

2. O presente regulamento aplica-se a qualquer operador envolvido, em qualquer fase de produção, preparação e distribuição, em atividades relacionadas com os produtos referidos no n.º 1.

3. As operações de alimentação coletiva realizadas por um fornecedor de alimentação coletiva, conforme definido na alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1169/2011, não estão sujeitas ao presente regulamento, exceto no que diz respeito ao disposto neste parágrafo.

CAPÍTULO III - REGRAS DE PRODUÇÃO

Artigo 9

Regras gerais de produção

1. Os operadores devem cumprir as regras gerais de produção estabelecidas neste artigo.
2. Toda a exploração agrícola deverá ser gerida em conformidade com os requisitos deste Regulamento aplicáveis à produção biológica.
3. Para os fins e utilizações referidos nos artigos 24.º e 25.º e no anexo II, apenas os produtos e substâncias que tenham sido autorizados nos termos dessas disposições podem ser utilizados na produção biológica, desde que a sua utilização na produção não biológica tenha sido igualmente autorizada de acordo com as disposições relevantes do direito da União e, se for caso disso, de acordo com as disposições nacionais baseadas no direito da União.

Os seguintes produtos e substâncias referidos no artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 podem ser utilizados na produção biológica, desde que estejam autorizados nos termos desse regulamento:

- (a) agentes protetores, sinergistas e coformulantes como componentes de produtos fitofarmacêuticos;
- (b) adjuvantes que devem ser misturados com produtos fitofarmacêuticos.

A utilização na produção biológica de produtos e substâncias para fins diferentes dos abrangidos pelo presente Regulamento será permitida, desde que a sua utilização cumpra os princípios estabelecidos no Capítulo II.

4. A radiação ionizante não deve ser utilizada no tratamento de alimentos ou rações orgânicas, nem no tratamento de matérias-primas utilizadas em alimentos ou rações orgânicas.
5. Fica proibida a utilização da clonagem animal e a criação de animais poliploides induzidos artificialmente.
6. Devem ser tomadas medidas preventivas e de precaução, quando adequadas, em todas as fases de produção, preparação e distribuição.
7. Não obstante o disposto no parágrafo 2, uma propriedade pode ser dividida em unidades de produção claramente e efetivamente separadas para produção orgânica, em conversão e não orgânica, desde que, para as unidades de produção não orgânica:
 - (a) no que diz respeito ao gado, estão envolvidas diferentes espécies;
 - (b) no que diz respeito às plantas, estão envolvidas diferentes variedades que podem ser facilmente diferenciadas.

No que diz respeito às algas e aos animais de aquicultura, as mesmas espécies podem estar envolvidas, desde que haja uma separação clara e efetiva entre os locais ou unidades de produção.

8. Em derrogação ao disposto na alínea b) do n.º 7, no caso de culturas perenes que requerem um período de cultivo de pelo menos três anos, podem ser envolvidas variedades diferentes que não sejam facilmente diferenciáveis, ou as mesmas variedades, desde que a produção em causa esteja inserida no contexto de um plano de conversão e que a conversão da última parte da área relacionada com a produção em causa para produção biológica comece o mais rapidamente possível e seja concluída num prazo máximo de cinco anos.

Nesses casos:

- (a) o agricultor deve notificar a autoridade competente, ou, quando for o caso, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, do início da colheita de cada um dos produtos em causa, pelo menos 48 horas antes;
- (b) após a conclusão da colheita, o agricultor deverá informar a autoridade competente, ou, quando for o caso, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, das quantidades exatas colhidas nas unidades em causa e das medidas tomadas para separar os produtos;

(c) o plano de conversão e as medidas a tomar para garantir a separação efetiva e clara devem ser confirmados anualmente pela autoridade competente ou, se for o caso, pela autoridade de controlo ou pelo organismo de controlo, após o início do plano de conversão.

9. Os requisitos relativos às diferentes espécies e variedades, estabelecidos nos pontos (a) e (b) do parágrafo 7, não se aplicam no caso de centros de investigação e educação, viveiros de plantas, multiplicadores de sementes e operações de melhoramento.

10. Nos casos referidos nos parágrafos 7, 8 e 9, em que nem todas as unidades de produção de uma exploração agrícola sejam geridas segundo as regras da produção biológica, os operadores devem:

(a) manter os produtos utilizados nas unidades de produção orgânica e de conversão separados dos utilizados nas unidades de produção não orgânica;

(b) manter os produtos produzidos pelas unidades de produção orgânica, em conversão e não orgânica separados uns dos outros;

(c) manter registos adequados para demonstrar a separação efetiva das unidades de produção e dos produtos.

Artigo 10

Conversão

1. Os agricultores e operadores que produzem algas ou animais de aquicultura devem cumprir um período de conversão. Durante todo o período de conversão, devem aplicar todas as regras de produção biológica estabelecidas no presente regulamento, em particular as regras aplicáveis à conversão previstas no presente artigo e no anexo II.

2. O período de conversão começa, pelo menos, quando o agricultor ou o operador que produz algas ou animais de aquicultura notifica a atividade às autoridades competentes, em conformidade com o artigo 34.^o, n.º 1, no Estado-Membro em que a atividade é exercida e em que a exploração desse agricultor ou operador está sujeita ao sistema de controlo.

3. Nenhum período anterior pode ser reconhecido retroativamente como parte do período de conversão, exceto nos casos em que:

(a) as parcelas de terreno do operador foram sujeitas a medidas definidas num programa implementado nos termos do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, com o objetivo de garantir que nenhum produto ou substância, além dos autorizados para utilização na produção biológica, tenha sido utilizado nessas parcelas de terreno; ou

(b) o operador pode fornecer provas de que as parcelas de terreno eram áreas naturais ou agrícolas que, durante um período de pelo menos três anos, não foram tratadas com produtos ou substâncias que não são autorizadas para utilização na produção biológica.

4. Os produtos produzidos durante o período de conversão não devem ser comercializados como produtos orgânicos ou como produtos em processo de conversão.

No entanto, os seguintes produtos fabricados durante o período de conversão e em conformidade com o parágrafo 1 podem ser comercializados como produtos em processo de conversão:

(a) material reprodutivo vegetal, desde que tenha sido cumprido um período de conversão de pelo menos 12 meses;

(b) produtos alimentares de origem vegetal e produtos para alimentação animal de origem vegetal, desde que o produto contenha apenas um ingrediente de cultura agrícola e desde que tenha sido cumprido um período de conversão de pelo menos 12 meses antes da colheita.

Artigo 11

Proibição do uso de OGMs

1. Os OGM, os produtos derivados de OGM e os produtos produzidos por OGM não devem ser utilizados em alimentos ou rações, nem como alimentos, rações, auxiliares de processamento, produtos fitossanitários, fertilizantes, condicionadores de solo, material reprodutivo vegetal, microrganismos ou animais na produção orgânica.

2. Para efeitos da proibição prevista no n.º 1, no que respeita aos OGM e aos produtos derivados de OGM para alimentação humana e animal, os operadores podem confiar nos rótulos de um produto que tenham sido afixados ou fornecidos nos termos da Diretiva 2001/18/CE, do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho ou do Regulamento (CE) Lei n.º 1830/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho ou qualquer documento complementar fornecido em conformidade com a mesma.

3. Os operadores podem presumir que não foram utilizados OGM nem produtos derivados de OGM no fabrico de alimentos e rações adquiridos, quando esses produtos não tenham um rótulo afixado ou fornecido, ou não sejam acompanhados de um documento fornecido, nos termos da legislação referida no n.º 2, a menos que tenham obtido outras informações que indiquem que a rotulagem dos produtos em causa não está em conformidade com essa legislação.

4. Para efeitos da proibição prevista no parágrafo 1, relativamente aos produtos não abrangidos pelos parágrafos 2 e 3, os operadores que utilizem produtos não biológicos adquiridos a terceiros devem exigir que o fornecedor confirme que esses produtos não são produzidos a partir de OGM nem produzidos por OGM.

Artigo 12

Regras de produção vegetal

1. Os operadores que produzem plantas ou produtos vegetais devem cumprir, em particular, as regras detalhadas estabelecidas na Parte I do Anexo II.

2. A Comissão está habilitada a adotar atos delegados em conformidade com o artigo 54.º, que alteram:

(a) os pontos 1.3 e 1.4 da Parte I do Anexo II no que diz respeito às derrogações;

(b) ponto 1.8.5 da Parte I do Anexo II no que diz respeito à utilização de material reprodutivo vegetal em conversão e não orgânico;

(c) ponto 1.9.5 da Parte I do Anexo II, acrescentando disposições adicionais relativas a acordos entre operadores de explorações agrícolas, ou alterando essas disposições acrescentadas;

(d) ponto 1.10.1 da Parte I do Anexo II, adicionando medidas adicionais de gestão de pragas e ervas daninhas, ou alterando essas medidas adicionadas;

(e) A Parte I do Anexo II, adicionando regras e práticas de cultivo mais detalhadas para plantas e produtos vegetais específicos, incluindo regras para sementes germinadas, ou alterando essas regras adicionadas.

Artigo 13

Disposições específicas para a comercialização de material reprodutivo vegetal de material orgânico heterogêneo.

1. O material reprodutivo vegetal de origem orgânica heterogênea pode ser comercializado sem cumprir os requisitos de registo e sem cumprir as categorias de certificação de material pré-básico, básico e certificado, ou os requisitos para outras categorias, que estão estabelecidos nas Diretivas 66/401/CEE, 66/402/CEE, 68/193/CEE, 98/56/CE, 2002/53/CE, 2002/54/CE, 2002/55/CE, 2002/56/CE, 2002/57/CE, 2008/72/CE e 2008/90/CE ou atos adotados em conformidade com essas Diretivas.

2. O material reprodutivo vegetal de matéria orgânica heterogênea a que se refere o parágrafo 1 pode ser comercializado após notificação do material orgânico heterogêneo pelo fornecedor aos organismos oficiais responsáveis referidos nas Diretivas 66/401/CEE, 66/402/CEE, 68/193/CEE, 98/56/CE, 2002/53/CE, 2002/54/CE, 2002/55/CE, 2002/56/CE, 2002/57/CE, 2008/72/CE e 2008/90/CE, efetuada através de um dossiê contendo:

(a) os dados de contacto do requerente;

(b) a espécie e denominação do material orgânico heterogêneo;

(c) a descrição das principais características agrônomicas e fenotípicas comuns a esse grupo de plantas, incluindo métodos de melhoramento, quaisquer resultados disponíveis de testes sobre essas características, o país de produção e o material parental utilizado;

(d) uma declaração do requerente sobre a veracidade dos elementos mencionados nas alíneas (a), (b) e (c); e

(e) uma amostra representativa.

Essa notificação deverá ser enviada por carta registrada ou por qualquer outro meio de comunicação aceito pelos órgãos oficiais, com confirmação de recebimento solicitada.

Três meses após a data indicada no comprovante de devolução, desde que não tenham sido solicitadas informações adicionais ou que não tenha sido comunicada ao fornecedor qualquer recusa formal por motivos de incompletude do dossiê ou de não conformidade, conforme definido no artigo 3.º, n.º 57, a entidade oficial responsável considera-se que reconheceu a notificação e o seu conteúdo.

Após ter reconhecido expressa ou implicitamente a notificação, o organismo oficial responsável poderá proceder à inclusão do material orgânico heterogêneo notificado na lista. Essa inclusão será gratuita para o fornecedor.

A inclusão de qualquer material orgânico heterogêneo na lista deve ser comunicada às autoridades competentes dos outros Estados-Membros e à Comissão.

Tal material orgânico heterogêneo deverá cumprir os requisitos estabelecidos nos atos delegados adotados de acordo com o parágrafo 3.

Artigo 23

Coleta, embalagem, transporte e armazenamento.

1. Os operadores devem garantir que os produtos orgânicos e os produtos em conversão sejam recolhidos, embalados, transportados e armazenados de acordo com as regras estabelecidas no Anexo III.

Artigo 27

Obrigações e ações em caso de suspeita de descumprimento

Quando um operador suspeitar que um produto que produziu, preparou, importou ou recebeu de outro operador não está em conformidade com o presente regulamento, esse operador deverá, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º:

(a) identificar e separar o produto em questão;

(b) verificar se a suspeita pode ser fundamentada;

(c) não colocar o produto em causa no mercado como um produto biológico ou em conversão e não o utilizar na produção biológica, a menos que a suspeita possa ser eliminada;

(d) quando a suspeita for comprovada ou quando não puder ser eliminada, informar imediatamente a autoridade competente relevante ou, quando apropriado, a autoridade de controlo ou organismo de controlo relevante, e fornecer-lhe os elementos disponíveis, quando apropriado;

(e) cooperar plenamente com a autoridade competente relevante ou, quando apropriado, com a autoridade ou organismo de controlo relevante, na verificação e identificação das razões da suspeita de incumprimento.

Artigo 28

Medidas de precaução para evitar a presença de produtos e substâncias não autorizados.

1. Para evitar a contaminação com produtos ou substâncias não autorizadas, de acordo com o primeiro parágrafo do artigo 9.º, n.º 3, para utilização na produção biológica, os operadores devem tomar as seguintes medidas de precaução em todas as fases de produção, preparação e distribuição:

(a) implementar e manter medidas proporcionais e adequadas para identificar os riscos de contaminação da produção e dos produtos biológicos com produtos ou substâncias não autorizados, incluindo a identificação sistemática de etapas processuais críticas;

(b) implementar e manter medidas proporcionais e adequadas para evitar os riscos de contaminação da produção e dos produtos biológicos com produtos ou substâncias não autorizados;

(c) rever e ajustar regularmente essas medidas; e

(d) cumprir outros requisitos relevantes deste Regulamento que garantam a separação de produtos orgânicos, em conversão e não orgânicos.

2. Quando um operador suspeitar, devido à presença de um produto ou substância não autorizada nos termos do primeiro parágrafo do n.º 3 do artigo 9.º para utilização na produção biológica num produto destinado a ser utilizado ou comercializado como produto biológico ou em conversão, que este último produto não cumpre o presente regulamento, o operador deve:

(a) identificar e separar o produto em questão;

(b) verificar se a suspeita pode ser fundamentada;

(c) não colocar o produto em questão no mercado como um produto orgânico ou em conversão e não usá-lo na produção orgânica, a menos que a suspeita possa ser eliminada;

(d) quando a suspeita for comprovada ou quando não puder ser eliminada, informar imediatamente a autoridade competente relevante ou, quando apropriado, a autoridade de controlo ou organismo de controlo relevante, e fornecer-lhe os elementos disponíveis, quando apropriado;

(e) cooperar plenamente com a autoridade competente relevante ou, quando apropriado, com a autoridade ou organismo de controlo relevante, na identificação e verificação das razões da presença de produtos ou substâncias não autorizadas.

Artigo 29

Medidas a serem tomadas em caso de presença de produtos ou substâncias não autorizadas.

1. Quando a autoridade competente, ou, se for caso disso, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, receber informações fundamentadas sobre a presença de produtos ou substâncias que não estejam autorizados, nos termos do primeiro parágrafo do n.º 3 do artigo 9.º, para utilização na produção biológica, ou tiver sido informada por um operador nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 28.º, ou detetar esses produtos ou substâncias num produto biológico ou num produto em conversão:

(a) deverá realizar imediatamente uma investigação oficial em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625, com vista a determinar a origem e a causa, a fim de verificar o cumprimento do primeiro parágrafo do n.º 3 do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 28.º; essa investigação deverá ser concluída o mais rapidamente possível, dentro de um prazo razoável, e deverá ter em conta a durabilidade do produto e a complexidade do caso;

(b) deverá proibir provisoriamente a colocação no mercado dos produtos em causa como produtos biológicos ou em conversão e a sua utilização na produção biológica, até aos resultados da investigação referida na alínea (a).

2. O produto em questão não deve ser comercializado como produto orgânico ou em conversão, nem utilizado na produção orgânica, quando a autoridade competente, ou, se for o caso, a autoridade ou o organismo de controlo, tiver estabelecido que o operador em causa:

(a) utilizou produtos ou substâncias não autorizados nos termos do primeiro parágrafo do artigo 9.º (3) para utilização na produção biológica;

(b) não tomou as medidas de precaução referidas no artigo 28.º, n.º 1; ou

(c) não tomou medidas em resposta a pedidos anteriores relevantes das autoridades competentes, autoridades de controlo ou organismos de controlo.

3. O operador em causa terá a oportunidade de comentar os resultados da investigação referida na alínea a) do n.º 1. A autoridade competente, ou, se for caso disso, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, manterá registos da investigação que realizou.

Quando necessário, o operador em questão deverá tomar as medidas corretivas necessárias para evitar futuras contaminações.

CAPÍTULO IV - ROTULAGEM

Artigo 30

Uso de termos referentes à produção orgânica

1. Para efeitos do presente regulamento, considera-se que um produto ostenta termos referentes à produção biológica quando, na rotulagem, no material publicitário ou nos documentos comerciais, esse produto, os seus ingredientes ou as matérias-primas utilizadas na sua produção forem descritos em termos que sugiram ao comprador que o produto, os ingredientes ou as matérias-primas foram produzidos em conformidade com o presente regulamento. Em particular, os termos enumerados no Anexo IV e os seus derivados e diminutivos, como «bio» e «eco», isoladamente ou em combinação, podem ser utilizados em toda a União e em qualquer idioma enumerado nesse Anexo para a rotulagem e publicidade dos produtos referidos no n.º 1 do artigo 2.º que cumpram o presente regulamento.

2. Para os produtos referidos no artigo 2.º, n.º 1, os termos referidos no n.º 1 do presente artigo não podem ser utilizados em qualquer parte da União, em qualquer língua enumerada no anexo IV, para a rotulagem, material publicitário ou documentos comerciais de um produto que não esteja em conformidade com o presente regulamento.

Além disso, nenhum termo, incluindo termos usados em marcas registradas ou nomes de empresas, ou práticas, deve ser usado na rotulagem ou publicidade se puder induzir o consumidor ou usuário a erro, sugerindo que um produto ou seus ingredientes estão em conformidade com este Regulamento.

3. Os produtos que foram produzidos durante o período de conversão não devem ser rotulados ou anunciados como produtos orgânicos ou como produtos em processo de conversão.

No entanto, o material reprodutivo vegetal, os produtos alimentares de origem vegetal e os produtos para alimentação animal de origem vegetal que tenham sido produzidos durante o período de conversão, que cumpram o disposto no artigo 10.º, n.º 4, podem ser rotulados e anunciados como produtos em conversão, utilizando o termo «em conversão» ou um termo correspondente, juntamente com os termos referidos no n.º 1.

4. Os termos referidos nos parágrafos 1 e 3 não podem ser utilizados para um produto para o qual a legislação da União exija que a rotulagem ou a publicidade indique que o produto contém OGM, é constituído por OGM ou é produzido a partir de OGM.

5. Para alimentos processados, podem ser utilizados os termos referidos no parágrafo 1:

(a) na descrição de venda e na lista de ingredientes, sempre que esta lista seja obrigatória nos termos da legislação da União, desde que:

(i) o alimento processado cumpre as regras de produção estabelecidas na Parte IV do Anexo II e as regras estabelecidas de acordo com o Artigo 16(3);

(ii) pelo menos 95% dos ingredientes agrícolas do produto, em peso, são orgânicos; e

(iii) no caso de aromatizantes, são utilizados apenas para substâncias aromatizantes naturais e preparações aromatizantes naturais rotuladas de acordo com o artigo 16.º, n.ºs 2, 3 e 4, do Regulamento (CE) n.º 1334/2008 e todos os componentes aromatizantes e veículos de componentes aromatizantes no aroma em questão são orgânicos;

(b) apenas na lista de ingredientes, desde que:

- (i) menos de 95% dos ingredientes agrícolas do produto, em peso, sejam orgânicos, e desde que esses ingredientes cumpram as regras de produção estabelecidas neste Regulamento; e
- (ii) o alimento processado cumpre as regras de produção estabelecidas nos pontos 1.5, 2.1(a), 2.1(b) e 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, com exceção das regras sobre a utilização restrita de ingredientes agrícolas não biológicos estabelecidas no ponto 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, e com as regras estabelecidas de acordo com o artigo 16.º (3);
- (c) na descrição de vendas e na lista de ingredientes, desde que:
- (i) o ingrediente principal é um produto da caça ou da pesca;
- (ii) o termo referido no parágrafo 1 está claramente relacionado na descrição de vendas com outro ingrediente que é orgânico e diferente do ingrediente principal;
- (iii) todos os demais ingredientes agrícolas são orgânicos; e
- (iv) o alimento processado cumpre as regras de produção estabelecidas nos pontos 1.5, 2.1(a), 2.1(b) e 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, com exceção das regras sobre a utilização restrita de ingredientes agrícolas não biológicos estabelecidas no ponto 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, e com as regras estabelecidas de acordo com o artigo 16.º (3).

A lista de ingredientes referida nas alíneas (a), (b) e (c) do primeiro parágrafo deve indicar quais ingredientes são orgânicos. As referências à produção orgânica só podem constar dos ingredientes orgânicos.

A lista de ingredientes referida nos pontos (b) e (c) do primeiro parágrafo deve incluir uma indicação da percentagem total de ingredientes biológicos em proporção à quantidade total de ingredientes agrícolas.

Os termos referidos no parágrafo 1, quando utilizados na lista de ingredientes referida nas alíneas (a), (b) e (c) do primeiro parágrafo deste parágrafo, e a indicação da percentagem referida no terceiro parágrafo deste parágrafo devem aparecer na mesma cor, tamanho e estilo de letra idênticos que as outras indicações na lista de ingredientes.

6. Para rações processadas, os termos referidos no parágrafo 1 podem ser utilizados na descrição de venda e na lista de ingredientes, desde que:

- (a) a ração processada cumpre as regras de produção estabelecidas nas Partes II, III e V do Anexo II e as regras específicas estabelecidas de acordo com o Artigo 17(3);
- (b) todos os ingredientes de origem agrícola contidos na ração processada são orgânicos; e
- (c) pelo menos 95% da matéria seca do produto é orgânica.

Artigo 31

Rotulagem de produtos e substâncias utilizadas na produção agrícola

Não obstante o âmbito de aplicação do presente regulamento, tal como estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º, os produtos e substâncias utilizados em produtos fitofarmacêuticos ou como fertilizantes, condicionadores de solo ou nutrientes que tenham sido autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º podem ostentar uma referência que indique que esses produtos ou substâncias foram autorizados para utilização na produção biológica nos termos do presente regulamento.

Artigo 32

Indicações obrigatórias

1. Quando os produtos apresentarem termos a que se refere o n.º 1 do artigo 30.º, incluindo os produtos rotulados como produtos em conversão, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º:

(a) o código da autoridade ou organismo de controlo a que está sujeito o operador que realizou a última operação de produção ou preparação deve também constar da rotulagem; e

(b) no caso de alimentos pré-embalados, o logotipo de produção biológica da União Europeia referido no artigo 33.º deve também constar da embalagem, exceto nos casos referidos no n.º 3 do artigo 30.º e nas alíneas b) e c) do n.º 5 do artigo 30.º.

2. Quando for utilizado o logotipo de produção biológica da União Europeia, deverá aparecer no mesmo campo visual que o logotipo uma indicação do local onde foram cultivadas as matérias-primas agrícolas que compõem o produto, assumindo uma das seguintes formas, conforme o caso:

(a) «Agricultura da UE», onde a matéria-prima agrícola foi cultivada na União;

(b) «Agricultura não pertencente à UE», em que a matéria-prima agrícola foi cultivada em países terceiros;

(c) «Agricultura UE/não UE», em que uma parte das matérias-primas agrícolas foi cultivada na União e outra parte foi cultivada num país terceiro.

Para efeitos do primeiro parágrafo, a palavra "Agricultura" pode ser substituída por "Aquicultura", quando apropriado, e as palavras "UE" e "não UE" podem ser substituídas ou complementadas pelo nome de um país, ou pelo nome de um país e uma região, se todas as matérias-primas agrícolas que compõem o produto tiverem sido cultivadas nesse país e, se aplicável, nessa região.

Para a indicação do local de cultivo das matérias-primas agrícolas que compõem o produto, conforme mencionado nos primeiro e terceiro parágrafos, pequenas quantidades em peso dos ingredientes podem ser desconsideradas, desde que a quantidade total dos ingredientes desconsiderados não exceda 5% da quantidade total em peso das matérias-primas agrícolas.

As palavras "UE" ou "não UE" não devem aparecer em uma cor, tamanho e estilo de letra que sejam mais proeminentes do que o nome do produto.

3. As indicações referidas nos parágrafos 1 e 2 do presente artigo e no n.º 3 do artigo 33.º devem ser marcadas num local visível, de modo a serem facilmente visíveis, e devem ser claramente legíveis e indelévels.

Artigo 33

Logotipo de produção orgânica da União Europeia

1. O logotipo de produção biológica da União Europeia pode ser utilizado na rotulagem, apresentação e publicidade de produtos que cumpram o presente regulamento.

O logotipo da produção biológica da União Europeia também pode ser utilizado para fins informativos e educativos relacionados com a existência e a publicidade do próprio logotipo, desde que essa utilização não seja suscetível de induzir o consumidor em erro quanto à produção biológica de produtos específicos e desde que o logotipo seja reproduzido em conformidade com as regras estabelecidas no Anexo V. Nesse caso, os requisitos do n.º 2 do artigo 32.º e do ponto 1.7 do Anexo V não se aplicam.

O logotipo de produção biológica da União Europeia não deve ser utilizado para alimentos processados a que se refere a alínea b) e c) do n.º 5 do artigo 30.º e para produtos em conversão a que se refere o n.º 3 do artigo 30.º.

2. Exceto quando utilizado de acordo com o segundo parágrafo do n.º 1, o logótipo de produção biológica da União Europeia é uma certificação oficial de acordo com os artigos 86.º e 91.º do Regulamento (UE) 2017/625.

3. A utilização do logótipo de produção biológica da União Europeia é facultativa para os produtos importados de países terceiros. Sempre que esse logótipo conste na rotulagem desses produtos, a indicação referida no n.º 2 do artigo 32.º também deve constar da rotulagem.

4. O logotipo da produção biológica da União Europeia deve seguir o modelo estabelecido no Anexo V e cumprir as regras nele previstas.

5. Logotipos nacionais e logotipos privados podem ser usados na rotulagem, apresentação e publicidade de produtos que estejam em conformidade com o presente Regulamento.

Artigo 35

Certificado

1. As autoridades competentes, ou, se for caso disso, as autoridades de controlo ou os organismos de controlo, devem fornecer um certificado a qualquer operador ou grupo de operadores que tenha notificado a sua atividade em conformidade com o n.º 1 do artigo 34.º e que cumpra o presente regulamento. O certificado deve:
- (a) ser emitidas em formato eletrónico sempre que possível;
 - (b) permitir pelo menos a identificação do operador ou grupo de operadores, incluindo a lista dos membros, a categoria de produtos abrangidos pelo certificado e o seu período de validade;
 - (c) certificar que a atividade notificada está em conformidade com o presente Regulamento; e
 - (d) ser emitido de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI.
2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 8 do presente artigo e no n.º 2 do artigo 34.º, os operadores e os grupos de operadores não devem colocar no mercado os produtos referidos no n.º 1 do artigo 2.º como produtos biológicos ou produtos em conversão, a menos que já possuam um certificado a que se refere o n.º 1 do presente artigo.
3. O certificado a que se refere o presente artigo é um certificado oficial na aceção da alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º do Regulamento (UE) 2017/625.
4. Um operador ou um grupo de operadores não poderá obter um certificado de mais de um organismo de controlo relativamente a atividades exercidas no mesmo Estado-Membro sobre a mesma categoria de produtos, incluindo nos casos em que esse operador ou grupo de operadores atue em diferentes fases de produção, preparação e distribuição.
5. Os membros de um grupo de operadores não terão direito a obter um certificado individual para qualquer das atividades abrangidas pela certificação do grupo de operadores ao qual pertencem.
6. Os operadores devem verificar os certificados dos operadores que são seus fornecedores.
7. Para efeitos dos parágrafos 1 e 4 deste artigo, os produtos serão classificados de acordo com as seguintes categorias:
- (a) plantas e produtos vegetais não processados, incluindo sementes e outros materiais reprodutivos vegetais;
 - (b) animais e produtos pecuários não processados;
 - (c) algas e produtos aquícolas não processados;
 - (d) produtos agrícolas processados, incluindo produtos da aquicultura, para utilização como alimentos;
 - (e) alimentar;
 - (f) vinho;
 - (g) outros produtos enumerados no Anexo I do presente Regulamento ou não abrangidos pelas categorias anteriores.

Artigo 36

Grupo de operadores

1. Cada grupo de operadores deverá:

(a) ser composta apenas por membros que sejam agricultores ou operadores que produzam algas ou animais de aquicultura e que, além disso, possam estar envolvidos no processamento, preparação ou colocação no mercado de alimentos ou rações;

(b) ser composto apenas por membros:

(i) cujo custo de certificação individual represente mais de 2% do volume de negócios ou da produção padrão de produção biológica de cada membro e cujo volume de negócios anual de produção biológica não seja superior a 25 000 EUR ou cuja produção padrão de produção biológica não seja superior a 15 000 EUR por ano; ou

(ii) que possuem cada um participações de no máximo:

— cinco hectares,

— 0,5 hectares, no caso de estufas, ou

— 15 hectares, exclusivamente no caso de pastagens permanentes;

(c) ser estabelecida num Estado-Membro ou num país terceiro;

(d) possuir personalidade jurídica;

(e) ser composta apenas por membros cujas atividades de produção ou possíveis atividades adicionais referidas na alínea (a) ocorram em proximidade geográfica entre si no mesmo Estado-Membro ou no mesmo país terceiro;

(f) estabelecer um sistema de comercialização conjunta para os produtos fabricados pelo grupo; e

(g) estabelecer um sistema de controlos internos que compreenda um conjunto documentado de atividades e procedimentos de controlo, segundo os quais uma pessoa ou entidade identificada seja responsável por verificar o cumprimento do presente regulamento por cada membro do grupo.

O sistema de controlos internos (SCI) deve compreender procedimentos documentados sobre:

(i) o registo dos membros do grupo;

(ii) as inspeções internas, que incluem as inspeções físicas internas anuais no local de cada membro do grupo e quaisquer inspeções adicionais baseadas no risco, em qualquer caso agendadas pelo gestor do ICS e conduzidas por inspetores do ICS, cujas funções são definidas no ponto (h);

(iii) a aprovação de novos membros em um grupo existente ou, quando apropriado, a aprovação de novas unidades de produção ou novas atividades de membros existentes, mediante aprovação do Gerente do ICS com base no relatório de inspeção interna;

(iv) a formação dos inspetores do ICS, que deverá ocorrer pelo menos anualmente e ser acompanhada de uma avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos participantes;

(v) a formação dos membros do grupo sobre os procedimentos do ICS e os requisitos do presente Regulamento;

(vi) o controle de documentos e registos;

(vii) as medidas nos casos de incumprimento detetados durante as inspeções internas, incluindo o seu acompanhamento;

(viii) a rastreabilidade interna, que mostra a origem dos produtos entregues no sistema de comercialização conjunta do grupo e permite o rastreamento de todos os produtos de todos os membros em todas as etapas, como produção, processamento, preparação ou colocação no mercado, incluindo a estimativa e verificação cruzada dos rendimentos de cada membro do grupo;

(h) nomear um gestor do SCI e um ou mais inspetores do SCI, que podem ser membros do grupo. Os seus cargos não devem ser cumulativos. O número de inspetores do SCI deve ser adequado e proporcional, em particular, ao tipo, estrutura, dimensão, produtos, atividades e produção biológica do grupo. Os inspetores do SCI devem ser competentes no que diz respeito aos produtos e atividades do grupo.

O gestor do ICS deverá:

(i) verificar a elegibilidade de cada membro do grupo em relação aos critérios estabelecidos nos pontos (a), (b) e (e);

(ii) garantir que exista um acordo de adesão escrito e assinado entre cada membro e o grupo, pelo qual os membros se comprometem a:

— cumprir este Regulamento,

— participar no ICS e cumprir os procedimentos do ICS, incluindo as tarefas e responsabilidades que lhes forem atribuídas pelo gestor do ICS e a obrigação de manter registos,

— permitir o acesso às unidades e instalações de produção e estar presente durante as inspeções internas realizadas pelos inspetores do ICS e os controlos oficiais realizados pela autoridade competente ou, quando aplicável, pela autoridade ou órgão de controle, disponibilizando-lhes todos os documentos e registos e rubricando os relatórios de inspeção;

— aceitar e implementar as medidas em casos de incumprimento, de acordo com a decisão do gestor do ICS ou da autoridade competente ou, se for caso disso, da autoridade de controlo ou do organismo de controlo, dentro do prazo estipulado;

— informar imediatamente o gerente do ICS sobre qualquer suspeita de não conformidade;

(iii) desenvolver os procedimentos do ICS e os documentos e registos relevantes, mantê-los atualizados e torná-los prontamente disponíveis aos inspetores do ICS e, quando relevante, aos membros do grupo;

(iv) elaborar a lista dos membros do grupo e mantê-la atualizada;

(v) atribuir tarefas e responsabilidades aos inspetores do ICS;

(vi) ser o elo de ligação entre os membros do grupo e a autoridade competente ou, quando aplicável, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, incluindo pedidos de derrogações;

(vii) verificar anualmente as declarações de conflito de interesses dos inspetores do ICS;

(viii) agendar inspeções internas e garantir a sua adequada implementação de acordo com o cronograma do gestor do ICS referido no ponto (ii) do segundo parágrafo do ponto (g);

(ix) garantir treinamentos adequados para os inspetores do ICS e realizar uma avaliação anual das competências e qualificações dos inspetores do ICS;

(x) aprovar novos membros ou novas unidades de produção ou novas atividades de membros existentes;

(xi) decidir sobre medidas em caso de incumprimento em conformidade com as medidas do ICS estabelecidas por procedimentos documentados de acordo com o ponto g e assegurar o acompanhamento dessas medidas;

(xii) decidir subcontratar atividades, incluindo a subcontratação das tarefas dos inspetores do ICS, e assinar os acordos ou contratos relevantes.

O inspetor do ICS deverá:

(i) realizar inspeções internas dos membros do grupo de acordo com o cronograma e os procedimentos fornecidos pelo gerente do ICS;

(ii) elaborar relatórios de inspeção interna com base em um modelo e submetê-los dentro de um prazo razoável ao gerente do ICS;

(iii) apresentar, no ato da nomeação, uma declaração escrita e assinada sobre conflito de interesses e atualizá-la anualmente;

(iv) participar em formações.

2. As autoridades competentes, ou, quando for o caso, as autoridades de controlo ou os organismos de controlo, devem retirar o certificado referido no artigo 35.º para todo o grupo, sempre que as deficiências na configuração ou no funcionamento do sistema de controlos internos referido no n.º 1, nomeadamente no que respeita às falhas na deteção ou resolução do incumprimento por parte de membros individuais do grupo de operadores, afetem a integridade dos produtos biológicos e em conversão.

Pelo menos as seguintes situações devem ser consideradas como deficiências no ICS:

- (a) produzir, processar, preparar ou colocar no mercado produtos de membros ou unidades de produção suspensos/retirados;
- (b) colocar no mercado produtos para os quais o gestor do ICS tenha proibido o uso de referência à produção biológica na sua rotulagem ou publicidade;
- (c) adicionar novos membros à lista de membros ou alterar as atividades de membros existentes sem seguir o procedimento de aprovação interna;
- (d) não realizar a inspeção física anual no local de um membro do grupo em determinado ano;
- (e) não indicar os membros que foram suspensos ou retirados da lista de membros;
- (f) desvios graves nas conclusões entre as inspeções internas realizadas pelos inspetores do ICS e os controlos oficiais realizados pela autoridade competente ou, quando aplicável, pela autoridade de controlo ou organismo de controlo;
- (g) deficiências graves na imposição de medidas adequadas ou na realização do acompanhamento necessário em resposta ao incumprimento identificado pelos inspetores do ICS ou pela autoridade competente ou, quando aplicável, pela autoridade de controlo do organismo de controlo;
- (h) número inadequado de inspetores do ICS ou competências inadequadas dos inspetores do ICS para o tipo, estrutura, tamanho, produtos, atividades e produção de produção biológica do grupo.

Artigo 39

Regras adicionais sobre as ações a serem tomadas pelos operadores e grupos de operadores.

1. Além das obrigações previstas no artigo 15.º do Regulamento (UE) 2017/625, os operadores e grupos de operadores devem:

- (a) manter registos para demonstrar o seu cumprimento do presente Regulamento;
- (b) fazer todas as declarações e outras comunicações necessárias para os controlos oficiais;
- (c) tomar as medidas práticas relevantes para garantir o cumprimento do presente regulamento;
- (d) fornecer, sob a forma de uma declaração a ser assinada e atualizada conforme necessário:
 - (i) a descrição completa da unidade de produção biológica ou de conversão e das atividades a serem realizadas de acordo com o presente Regulamento;
 - (ii) as medidas práticas relevantes a serem tomadas para garantir a conformidade com o presente regulamento;
 - (iii) um compromisso:
 - informar por escrito e sem demora injustificada os compradores dos produtos e trocar informações relevantes com a autoridade competente ou, quando for o caso, com a autoridade ou organismo de controlo, caso se confirme uma suspeita de incumprimento, não seja possível eliminar essa suspeita ou se tenha constatado um incumprimento que afete a integridade dos produtos em causa;
 - aceitar a transferência do dossiê de controlo em caso de mudança de autoridade ou organismo de controlo ou, em caso de abandono da produção biológica, a conservação do dossiê de controlo por um período mínimo de cinco anos pela última autoridade ou organismo de controlo,
 - informar imediatamente a autoridade competente ou a autoridade ou organismo designado de acordo com o artigo 34.º, n.º 4, em caso de abandono da produção biológica, e
 - aceitar a troca de informações entre essas autoridades ou órgãos, caso os subcontratados estejam sujeitos a controlos por diferentes autoridades ou órgãos de controlo.

Artigo 45

Importação de produtos orgânicos e em processo de conversão

1. Um produto pode ser importado de um país terceiro com o objetivo de ser colocado no mercado da União como produto biológico ou como produto em conversão, desde que sejam cumpridas as três condições seguintes:

(a) o produto é um produto a que se refere o artigo 2.º (1);

(b) uma das seguintes opções se aplica:

(i) o produto cumpre os Capítulos II, III e IV deste Regulamento, e todos os operadores e grupos de operadores referidos no artigo 36.º, incluindo os exportadores no país terceiro em causa, foram sujeitos a controlos por autoridades de controlo ou organismos de controlo reconhecidos nos termos do artigo 46.º, e essas autoridades ou organismos forneceram a todos esses operadores, grupos de operadores e exportadores um certificado que confirma que cumprem o presente Regulamento;

(ii) nos casos em que o produto provenha de um país terceiro reconhecido nos termos do artigo 47.º, esse produto cumpra as condições estabelecidas no acordo comercial relevante; ou

(iii) nos casos em que o produto provenha de um país terceiro reconhecido nos termos do artigo 48.º, esse produto cumpra as regras equivalentes de produção e controlo desse país terceiro e seja importado com um certificado de inspeção que confirme essa conformidade, emitido pelas autoridades competentes, autoridades de controlo ou organismos de controlo desse país terceiro; e

(c) Os operadores em países terceiros podem, a qualquer momento, fornecer aos importadores e às autoridades nacionais da União e desses países terceiros informações que permitam identificar os operadores que são seus fornecedores e as autoridades ou organismos de controlo desses fornecedores, com vista a garantir a rastreabilidade do produto biológico ou em conversão em causa. Essas informações devem ser igualmente disponibilizadas às autoridades ou organismos de controlo dos importadores.

ANEXO I

OUTROS PRODUTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 2(1)

- Leveduras utilizadas como alimento ou ração animal,
- mate, milho doce, folhas de videira, palmito, brotos de lúpulo e outras partes comestíveis semelhantes de plantas e produtos derivados delas,
- sal marinho e outros sais para alimentação humana e animal,
- casulo de bicho-da-seda adequado para fiação,
- gomas e resinas naturais,
- cera de abelha,
- óleos essenciais,
- rolhas de cortiça natural, não aglomerada e sem quaisquer substâncias aglutinantes,
- algodão, não cardado nem penteado,
- lã, não cardada nem penteada,
- couros crus e peles não tratadas,
- preparações fitoterápicas tradicionais à base de plantas.

<p><i>ANEXO II</i></p> <p>REGRAS DE PRODUÇÃO DETALHADAS MENCIONADAS NO CAPÍTULO III</p>
<p>Parte I: Regras de produção vegetal</p> <p>Além das regras de produção estabelecidas nos artigos 9 a 12, as regras previstas nesta Parte aplicam-se à produção vegetal biológica.</p>
<p>1. Requisitos gerais</p>
<p>1.1. As culturas orgânicas, exceto aquelas que crescem naturalmente na água, devem ser produzidas em solo vivo, ou em solo vivo misturado ou fertilizado com materiais e produtos permitidos na produção orgânica, em conexão com o subsolo e a rocha matriz.</p>
<p>1.2. A produção hidropônica, que é um método de cultivo de plantas que não crescem naturalmente em água, com as raízes imersas apenas em solução nutritiva ou em meio inerte ao qual se adiciona solução nutritiva, é proibida.</p>
<p>1.3. Em derrogação ao disposto no ponto 1.1, será permitido o seguinte:</p> <p>(a) a produção de sementes germinadas, incluindo rebentos, brotos e agrião, que se alimentam exclusivamente das reservas nutricionais disponíveis nas sementes, umedecendo-as em água limpa, desde que as sementes sejam orgânicas. É proibida a utilização de meio de cultivo, exceto a utilização de um meio inerte destinado exclusivamente a manter as sementes úmidas, quando os componentes desse meio inerte forem autorizados em conformidade com o Artigo 24;</p> <p>(b) a obtenção de cabeças de chicória, inclusive por imersão em água limpa, desde que o material reprodutivo da planta seja orgânico. O uso de um meio de cultivo só será permitido quando seus componentes forem autorizados em conformidade com o Artigo 24.</p>
<p>1.4. Em derrogação ao disposto no ponto 1.1, serão permitidas as seguintes práticas:</p> <p>(a) cultivo de plantas para a produção de plantas ornamentais e ervas em vasos para serem vendidas juntamente com o vaso ao consumidor final;</p> <p>(b) cultivo de mudas ou plantas transplantadas em recipientes para posterior transplante.</p>
<p>1.5. Em derrogação ao ponto 1.1, o cultivo de plantas em canteiros demarcados será permitido apenas nas áreas que tenham sido certificadas como orgânicas para essa prática antes de 28 de junho de 2017 na Finlândia, Suécia e Dinamarca. Não será permitida a expansão dessas áreas.</p> <p>Essa derrogação expirará em 31 de dezembro de 2031.</p> <p>Até 31 de dezembro de 2026, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a utilização de canteiros demarcados na agricultura biológica. Esse relatório poderá ser acompanhado, se for caso disso, de uma proposta legislativa sobre a utilização de canteiros demarcados na agricultura biológica.</p>
<p>1.6. Todas as técnicas de produção vegetal utilizadas devem prevenir ou minimizar qualquer contribuição para a contaminação do meio ambiente.</p>
<p>1.7. Conversão</p>
<p>1.7.1. Para que plantas e produtos vegetais sejam considerados produtos orgânicos, as regras de produção estabelecidas neste Regulamento devem ter sido aplicadas às parcelas durante um período de conversão de pelo menos dois anos antes da semeadura ou, no caso de pastagens ou forragens perenes, durante um período de pelo menos dois anos antes da sua utilização como alimento orgânico ou, no caso de culturas perenes que não sejam forrageiras, durante um período de pelo menos três anos antes da primeira colheita de produtos orgânicos.</p>
<p>1.7.2. Quando o terreno ou uma ou mais parcelas do mesmo tiverem sido contaminadas com produtos ou substâncias não autorizadas para utilização na produção biológica, a autoridade competente pode decidir prolongar o período de conversão do terreno ou das parcelas em causa para além do período referido no ponto 1.7.1.</p>

1.7.3. No caso de tratamento com um produto ou substância não autorizados para uso na produção orgânica, a autoridade competente exigirá um novo período de conversão de acordo com o ponto 1.7.1.

Esse período pode ser reduzido nos dois casos seguintes:

(a) tratamento com um produto ou substância não autorizado para utilização na produção biológica como parte de uma medida obrigatória de controlo de pragas ou ervas daninhas, incluindo organismos de quarentena ou espécies invasoras, imposta pela autoridade competente do Estado-Membro em causa;

(b) tratamento com um produto ou substância não autorizados para utilização na produção biológica como parte de testes científicos aprovados pela autoridade competente do Estado-Membro em causa.

1.7.4. Nos casos referidos nos pontos 1.7.2 e 1.7.3, a duração do período de conversão deve ser fixada tendo em conta os seguintes requisitos:

(a) o processo de degradação do produto ou substância em causa deve garantir, no final do período de conversão, um nível insignificante de resíduos no solo e, no caso de uma cultura perene, na planta;

(b) a colheita após o tratamento não pode ser colocada no mercado como produtos orgânicos ou em conversão.

1.7.4.1. Os Estados-Membros devem informar a Comissão e os outros Estados-Membros de qualquer decisão por eles tomada que estabeleça medidas obrigatórias relacionadas com o tratamento com um produto ou uma substância não autorizada para utilização na produção biológica.

1.7.4.2. No caso de tratamento com um produto ou substância que não esteja autorizado para uso na produção orgânica, o ponto 1.7.5(b) não se aplica.

1.7.5. No caso de terrenos associados à produção pecuária orgânica:

(a) as regras de conversão serão aplicáveis a toda a área da unidade de produção onde é produzida a ração animal;

(b) não obstante o disposto na alínea (a), o período de conversão pode ser reduzido para um ano para pastagens e áreas ao ar livre utilizadas por espécies não herbívoras.

1.8. Origem das plantas, incluindo o material reprodutivo vegetal

1.8.1. Para a produção de plantas e produtos vegetais que não sejam material reprodutivo vegetal, somente material reprodutivo vegetal orgânico deverá ser utilizado.

1.8.2. Para obter material reprodutivo vegetal orgânico a ser utilizado na produção de produtos que não sejam material reprodutivo vegetal, a planta-mãe e, quando aplicável, outras plantas destinadas à produção de material reprodutivo vegetal devem ter sido produzidas de acordo com este Regulamento por pelo menos uma geração ou, no caso de culturas perenes, por pelo menos uma geração durante duas estações de crescimento.

1.8.3. Ao escolher material reprodutivo vegetal orgânico, os operadores devem dar preferência a material reprodutivo vegetal orgânico adequado para a agricultura orgânica.

1.8.4. Para a produção de variedades orgânicas adequadas à produção orgânica, as atividades de melhoramento orgânico devem ser conduzidas em condições orgânicas e devem focar no aumento da diversidade genética, na dependência da capacidade reprodutiva natural, bem como no desempenho agronómico, na resistência a doenças e na adaptação a diversas condições locais de solo e clima.

Todas as práticas de multiplicação, exceto o cultivo de meristemas, devem ser realizadas sob manejo orgânico certificado.

1.8.5. Utilização de material reprodutivo vegetal em conversão e não orgânico.

1.8.5.1. Em derrogação ao ponto 1.8.1, quando os dados recolhidos na base de dados referida no n.º 1 do artigo 26.º ou nos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 26.º demonstrarem que as necessidades qualitativas ou quantitativas do operador relativamente ao material reprodutivo vegetal biológico relevante não são satisfeitas, o operador pode utilizar material reprodutivo vegetal em conversão, em conformidade com a alínea a) do segundo parágrafo do n.º 4 do artigo 10.º, ou material reprodutivo vegetal autorizado em conformidade com o ponto 1.8.6.

Além disso, em caso de falta de disponibilidade de mudas orgânicas, podem ser utilizadas as "mudas em conversão", comercializadas em conformidade com o artigo 10.º, n.º 4, segundo parágrafo, alínea a), cultivadas da seguinte forma:

(a) por meio de um ciclo de cultivo desde as sementes até a muda final, com duração mínima de 12 meses, em um terreno que, durante esse mesmo período, tenha completado um período de conversão de pelo menos 12 meses; ou

(b) em parcela de terra orgânica ou em conversão ou em recipientes se abrangidos pela derrogação referida no ponto 1.4, desde que as mudas tenham origem em sementes em conversão, colhidas de uma planta cultivada em uma parcela de terra que tenha completado um período de conversão de pelo menos 12 meses.

Quando o material reprodutivo vegetal orgânico ou em conversão, ou o material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6, não estiver disponível em qualidade ou quantidade suficiente para atender às necessidades do operador, as autoridades competentes podem autorizar o uso de material reprodutivo vegetal não orgânico, sujeito aos pontos 1.8.5.3 a 1.8.5.8.

Essa autorização individual será emitida apenas em uma das seguintes situações:

(a) quando nenhuma variedade da espécie que o operador pretende obter estiver registada na base de dados referida no n.º 1 do artigo 26.º ou nos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 26.º;

(b) quando nenhum operador que comercialize material reprodutivo vegetal for capaz de entregar o material reprodutivo vegetal orgânico ou em conversão relevante ou o material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6 a tempo da sementeira ou plantio em situações em que o usuário tenha encomendado o material reprodutivo vegetal em tempo razoável para permitir a preparação e o fornecimento de material reprodutivo vegetal orgânico ou em conversão ou de material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6;

(c) quando a variedade que o operador pretende obter não estiver registada como material reprodutivo vegetal biológico ou em conversão ou como material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6 na base de dados referida no n.º 1 do artigo 26.º ou nos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 26.º e o operador for capaz de demonstrar que nenhuma das alternativas registadas da mesma espécie é adequada, em particular, às condições agronómicas e pedoclimáticas e às propriedades tecnológicas necessárias para a produção a obter;

(d) quando for justificado o seu uso em investigação, teste em ensaios de campo de pequena escala, para fins de conservação de variedades ou para inovação de produtos e acordado pelas autoridades competentes do Estado-Membro em causa.

Antes de solicitar qualquer autorização deste tipo, os operadores devem consultar a base de dados referida no artigo 26.º, n.º 1, ou os sistemas referidos no artigo 26.º, n.º 2, a fim de verificar se o material reprodutivo vegetal biológico ou em conversão relevante, ou o material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6, está disponível e, portanto, se o seu pedido é justificado.

Em conformidade com o artigo 6.º (i), os operadores podem utilizar material reprodutivo vegetal biológico e em conversão obtido da sua própria exploração, independentemente da disponibilidade qualitativa e quantitativa de acordo com a base de dados referida no n.º 1 do artigo 26.º ou o sistema referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º.

1.8.5.2. Em derrogação ao ponto 1.8.1, os operadores em países terceiros podem utilizar material reprodutivo vegetal em conversão, de acordo com o artigo 10.º, n.º 4, segundo parágrafo, alínea a), ou material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6, quando se justifique a indisponibilidade de material reprodutivo vegetal biológico em qualidade ou quantidade suficiente no território do país terceiro em que o operador se encontra.

Sem prejuízo das normas nacionais aplicáveis, os operadores em países terceiros podem utilizar material reprodutivo vegetal, tanto biológico como em conversão, obtido nas suas próprias explorações.

As autoridades de controlo ou os organismos de controlo reconhecidos de acordo com o artigo 46.º (1) podem autorizar os operadores em países terceiros a utilizar material reprodutivo vegetal não biológico numa unidade de produção biológica, quando o material reprodutivo vegetal biológico ou em conversão ou o material reprodutivo vegetal autorizado de acordo com o ponto 1.8.6 não esteja disponível em qualidade ou quantidade suficiente no território do país terceiro em que o operador se encontra, nas condições estabelecidas nos pontos 1.8.5.3, 1.8.5.4, 1.8.5.5 e 1.8.5.8.

1.8.5.3. O material reprodutivo vegetal não orgânico não deve ser tratado após a colheita com produtos fitofarmacêuticos que não sejam os autorizados para o tratamento de material reprodutivo vegetal de acordo com o artigo 24.º, n.º 1, do presente regulamento, a menos que o tratamento químico tenha sido prescrito, de acordo com o Regulamento (UE) 2016/2031, para fins fitossanitários, pelas autoridades competentes do Estado-Membro em causa, para todas as variedades e material heterogéneo de uma determinada espécie na área em que o material reprodutivo vegetal vai ser utilizado.

Quando for utilizado material reprodutivo vegetal não orgânico tratado com o tratamento químico prescrito referido no primeiro parágrafo, a parcela em que o material reprodutivo vegetal tratado estiver a crescer estará sujeita, quando aplicável, a um período de conversão conforme previsto nos pontos 1.7.3 e 1.7.4.

1.8.5.4. A autorização para utilização de material reprodutivo vegetal não orgânico deve ser obtida antes da sementeira ou plantio da cultura.

1.8.5.5. A autorização para utilização de material reprodutivo vegetal não orgânico será concedida a utilizadores individuais por uma época de cada vez, devendo as autoridades competentes, a entidade de controlo ou o organismo responsável pelas autorizações indicar as quantidades de material reprodutivo vegetal autorizado.

1.8.5.6. As autoridades competentes dos Estados-Membros devem criar uma lista oficial de espécies, subespécies ou variedades (agrupadas, se aplicável) para as quais esteja comprovado que existe material reprodutivo vegetal orgânico ou em conversão disponível em quantidades suficientes e para as variedades adequadas no seu território. Não serão emitidas autorizações para as espécies, subespécies ou variedades incluídas nessa lista no território do Estado-Membro em causa, nos termos do ponto 1.8.5.1, a menos que sejam justificadas por uma das finalidades referidas no ponto 1.8.5.1(d). Se a quantidade ou a qualidade do material reprodutivo vegetal orgânico ou em conversão disponível para uma espécie, subespécie ou variedade constante da lista se revelar insuficiente ou inadequada, devido a circunstâncias excecionais, as autoridades competentes dos Estados-Membros podem eliminar essa espécie, subespécie ou variedade da lista.

As autoridades competentes dos Estados-Membros devem manter a sua lista atualizada anualmente e torná-la pública.

Até 30 de junho de cada ano, e pela primeira vez até 30 de junho de 2022, as autoridades competentes dos Estados-Membros deverão transmitir à Comissão e aos outros Estados-Membros o link para o sítio web onde a lista atualizada é disponibilizada ao público. A Comissão deverá publicar os links para as listas nacionais atualizadas num sítio web específico.

1.8.5.7. Em derrogação ao disposto no ponto 1.8.5.5, as autoridades competentes dos Estados-Membros podem conceder anualmente uma autorização geral a todos os operadores em causa para a utilização de:

- (a) uma determinada espécie ou subespécie quando e na medida em que nenhuma variedade esteja registada na base de dados referida no n.º 1 do artigo 26.º ou no sistema referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º;
- (b) para uma determinada variedade quando e na medida em que as condições estabelecidas no ponto 1.8.5.1(c) forem cumpridas.

Ao utilizar uma autorização geral, os operadores devem manter registos da quantidade utilizada e a autoridade competente responsável pelas autorizações deve listar as quantidades de material reprodutivo vegetal não biológico autorizado.

As autoridades competentes dos Estados-Membros devem manter atualizada anualmente a lista de espécies, subespécies ou variedades para as quais foi emitida uma autorização geral e devem torná-la pública.

Até 30 de junho de cada ano, e pela primeira vez até 30 de junho de 2022, as autoridades competentes dos Estados-Membros deverão transmitir à Comissão e aos outros Estados-Membros o link para o sítio web onde a lista atualizada é disponibilizada ao público. A Comissão deverá publicar os links para as listas nacionais atualizadas num sítio web específico.

1.8.5.8. As autoridades competentes não devem autorizar a utilização de mudas não orgânicas no caso de mudas de espécies cujo ciclo de cultivo se completa em uma estação de crescimento, desde o transplante da muda até a primeira colheita do produto.

1.8.6. As autoridades competentes ou, quando aplicável, as autoridades de controlo ou os organismos de controlo reconhecidos nos termos do artigo 46.º, n.º 1, podem autorizar os operadores que produzem material reprodutivo vegetal para utilização na produção biológica a utilizar material reprodutivo vegetal não biológico, quando as plantas-mãe ou, se for caso disso, outras plantas destinadas à produção de material reprodutivo vegetal e produzidas em conformidade com o ponto 1.8.2 não estejam disponíveis em quantidade ou qualidade suficientes, e a colocar esse material no mercado para utilização na produção biológica, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

(a) o material reprodutivo vegetal não orgânico utilizado não tenha sido tratado após a colheita com produtos fitofarmacêuticos que não os autorizados de acordo com o artigo 24.º, n.º 1, do presente regulamento, a menos que o tratamento químico tenha sido prescrito, de acordo com o Regulamento (UE) 2016/2031, para fins fitossanitários, pelas autoridades competentes do Estado-Membro em causa para todas as variedades e material heterogéneo de uma determinada espécie na área em que o material reprodutivo vegetal se destina a ser utilizado. Quando for utilizado material reprodutivo vegetal não orgânico tratado com o referido tratamento químico prescrito, a parcela de terreno em que o material reprodutivo vegetal tratado se encontra a crescer fica sujeita, se for caso disso, a um período de conversão conforme previsto nos pontos 1.7.3 e 1.7.4;

(b) o material reprodutivo vegetal não orgânico utilizado não é uma muda de espécies cujo ciclo de cultivo é completado em uma estação de crescimento, desde o transplante da muda até a primeira colheita do produto;

(c) o material reprodutivo da planta é cultivado em conformidade com todos os outros requisitos relevantes de produção vegetal orgânica;

(d) a autorização para usar material reprodutivo vegetal não orgânico deve ser obtida antes que esse material seja semeado ou plantado;

(e) a autoridade competente, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo responsável pela autorização deve conceder a autorização apenas a utilizadores individuais e por uma temporada de cada vez,

e deverá indicar as quantidades de material reprodutivo vegetal autorizado;

(f) Em derrogação ao disposto na alínea (e), as autoridades competentes dos Estados-Membros podem conceder anualmente uma autorização geral para a utilização de determinada espécie, subespécie ou variedade de material reprodutivo vegetal não biológico e disponibilizar publicamente a lista de espécies, subespécies ou variedades, mantendo-a atualizada anualmente. Nesse caso, essas autoridades competentes devem indicar as quantidades de material reprodutivo vegetal não biológico autorizado;

(g) as autorizações concedidas de acordo com este parágrafo expirarão em 31 de dezembro de 2036.

Até 30 de junho de cada ano, e pela primeira vez até 30 de junho de 2023, as autoridades competentes dos Estados-Membros devem notificar a Comissão e os outros Estados-Membros sobre as informações relativas às autorizações concedidas em conformidade com o primeiro parágrafo.

Os operadores que produzem e comercializam o material reprodutivo vegetal produzido de acordo com o primeiro parágrafo poderão divulgar, de forma voluntária, as informações específicas relevantes sobre a disponibilidade desse material reprodutivo vegetal nos sistemas nacionais estabelecidos de acordo com o Artigo 26(2). Os operadores que optarem por incluir essas informações deverão garantir que elas sejam atualizadas regularmente e retiradas dos sistemas nacionais assim que o material reprodutivo vegetal deixar de estar disponível.
Ao recorrer à autorização geral referida no ponto (f), os operadores devem manter registos da quantidade utilizada.

1.9. Manejo e fertilização do solo

1.9.1. Na produção vegetal orgânica, devem ser utilizadas práticas de cultivo e preparo do solo que mantenham ou aumentem a matéria orgânica do solo, melhorem a estabilidade e a biodiversidade do solo e previnam a compactação e a erosão do solo.

1.9.2. A fertilidade e a atividade biológica do solo devem ser mantidas e aumentadas:

- (a) exceto no caso de pastagens ou forragem perene, através da utilização de rotação de culturas plurianual, incluindo culturas leguminosas obrigatórias como cultura principal ou de cobertura para culturas de rotação e outras culturas de adubação verde;
- (b) no caso de estufas ou culturas perenes que não sejam forrageiras, através da utilização de culturas de adubação verde de ciclo curto e leguminosas, bem como da utilização da diversidade vegetal; e
- (c) em todos os casos, pela aplicação de estrume animal ou matéria orgânica, ambos preferencialmente compostados, provenientes da produção orgânica.

1.9.3. Quando as necessidades nutricionais das plantas não puderem ser atendidas pelas medidas previstas nos pontos 1.9.1 e 1.9.2, somente os fertilizantes e condicionadores de solo autorizados nos termos do Artigo 24 para uso na produção orgânica deverão ser utilizados, e apenas na medida necessária. Os operadores deverão manter registos do uso desses produtos, incluindo a data ou datas em que cada produto foi utilizado, o nome do produto, a quantidade aplicada e a cultura e os talhões em questão.

1.9.4. A quantidade total de estrume animal, conforme definido na Diretiva 91/676/CEE, utilizada nas unidades de produção orgânica e de conversão não deve exceder 170 kg de nitrogênio por ano/hectare de área agrícola utilizada. Esse limite aplica-se apenas à utilização de estrume de curral, estrume de curral seco e estrume de aves desidratado, excrementos animais compostados, incluindo estrume de aves, estrume de curral compostado e excrementos animais líquidos.

1.9.5. Os operadores de explorações agrícolas podem celebrar acordos de cooperação por escrito exclusivamente com operadores de outras explorações e empresas agrícolas que cumpram as normas de produção biológica, com o objetivo de distribuir o excedente de estrume proveniente de unidades de produção biológica. O limite máximo referido no ponto 1.9.4 será calculado com base em todas as unidades de produção biológica envolvidas nessa cooperação.

1.9.6. Preparações de microrganismos podem ser utilizadas para melhorar a condição geral do solo ou para melhorar a disponibilidade de nutrientes no solo ou nas culturas.

1.9.7. Para a ativação da compostagem, podem ser utilizadas preparações apropriadas à base de plantas e preparações de microrganismos.

1.9.8. Não devem ser utilizados fertilizantes nitrogenados minerais.

1.9.9. Podem ser utilizadas preparações biodinâmicas.

1.10. Manejo de pragas e ervas daninhas

1.10.1. A prevenção de danos causados por pragas e ervas daninhas deve basear-se principalmente na proteção por meio de:

<p>— inimigos naturais,</p> <p>— a escolha de espécies, variedades e material heterogêneo,</p> <p>— rotação de culturas,</p> <p>— técnicas de cultivo como biofumigação, métodos mecânicos e físicos, e</p> <p>— processos térmicos como a solarização e, no caso de culturas protegidas, o tratamento superficial do solo com vapor (até uma profundidade máxima de 10 cm).</p>
<p>1.10.2. Quando as plantas não puderem ser adequadamente protegidas contra pragas pelas medidas previstas no ponto 1.10.1 ou no caso de uma ameaça comprovada à cultura, somente os produtos e substâncias autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º para uso na produção biológica deverão ser utilizados, e apenas na medida do necessário. Os operadores deverão manter registos que comprovem a necessidade da utilização desses produtos, incluindo a data ou datas em que cada produto foi utilizado, o nome do produto, as suas substâncias ativas, a quantidade aplicada, a cultura e as parcelas em causa, e a praga ou doença a controlar.</p>
<p>1.10.3. Em relação aos produtos e substâncias utilizados em armadilhas ou em dispensadores de produtos e substâncias que não sejam feromônios, as armadilhas ou dispensadores devem impedir a liberação dos produtos e substâncias no meio ambiente e devem impedir o contato entre os produtos e substâncias e as culturas cultivadas. Todas as armadilhas, incluindo as armadilhas de feromônios, devem ser recolhidas após o uso e descartadas de forma segura.</p>
<p>1.11. Produtos utilizados para limpeza e desinfecção</p> <p>Somente os produtos de limpeza e desinfecção na produção vegetal autorizados para uso na produção orgânica, conforme o Artigo 24, devem ser utilizados para esse fim. Os operadores devem manter registros do uso desses produtos, incluindo a data ou datas em que cada produto foi utilizado, o nome do produto, seus princípios ativos e o local de armazenamento. usar.</p>
<p>1.12. Obrigação de manter registos</p> <p>Os operadores devem manter registos relativos às parcelas em causa e à quantidade da colheita. Em particular, os operadores devem manter registos de quaisquer outros insumos externos utilizados em cada parcela e, quando aplicável, manter disponíveis provas documentais de qualquer derrogação às regras de produção obtida de acordo com o ponto 1.8.5.</p>
<p>1.13. Preparação de produtos não processados</p> <p>Se operações de preparação que não sejam de processamento forem realizadas nas instalações, os requisitos gerais estabelecidos nos pontos 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 2.2.3 da Parte IV serão aplicados, <i>mutatis mutandis</i>, a essas operações.</p>
<p>2. Regras detalhadas para plantas e produtos vegetais específicos</p>
<p>2.1. Regras sobre a produção de cogumelos</p> <p>Para a produção de cogumelos, os substratos podem ser utilizados se forem compostos apenas pelos seguintes componentes:</p> <p>(a) estrume de curral e excrementos de animais:</p> <p>(i) provenientes de unidades de produção orgânica ou de unidades em conversão no seu segundo ano de conversão; ou</p> <p>(ii) referido no ponto 1.9.3, apenas quando o produto referido no ponto (i) não estiver disponível, desde que o estrume de curral e os excrementos animais não excedam 25% do peso total dos componentes do substrato, excluindo o material de cobertura e qualquer água adicionada, antes da compostagem;</p> <p>(b) produtos de origem agrícola, que não os referidos na alínea (a), provenientes de unidades de produção biológica;</p> <p>(c) turfa, não tratada com produtos químicos;</p> <p>(d) madeira, não tratada com produtos químicos após o abate;</p>

(e) produtos minerais referidos no ponto 1.9.3, água e solo.

2.2. Regras relativas à coleta de plantas silvestres

A coleta de plantas silvestres e partes delas que crescem naturalmente em áreas naturais, florestas e áreas agrícolas é considerada produção orgânica, desde que:

(a) durante um período de pelo menos três anos antes da recolha, essas áreas não foram tratadas com produtos ou substâncias diferentes das autorizadas nos termos dos artigos 9.º e 24.º para utilização na produção biológica;

(b) a coleta não afeta a estabilidade do habitat natural ou a manutenção das espécies na área de coleta.

Os operadores devem manter registos do período e local da coleta, das espécies envolvidas e da quantidade de plantas silvestres coletadas.

<p><i>ANEXO III</i></p> <p>COLETA, EMBALAGEM, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS</p>
<p>1. Recolha dos produtos e transporte para as unidades de preparação.</p> <p>Os operadores podem realizar a coleta simultânea de produtos orgânicos, em processo de conversão e não orgânicos somente quando forem tomadas as medidas adequadas para evitar qualquer possível mistura ou troca entre esses produtos e para garantir a identificação dos mesmos. O operador deverá manter à disposição da autoridade ou órgão de controle as informações relativas aos dias, horários, percurso, data e hora de recebimento dos produtos.</p>
<p>2. Embalagem e transporte de produtos para outros operadores ou unidades.</p>
<p>2.1. Informações a serem fornecidas</p>
<p>2.1.1. Os operadores devem assegurar que os produtos biológicos e os produtos em processo de conversão sejam transportados para outros operadores ou unidades, incluindo grossistas e retalhistas, apenas em embalagens, contentores ou veículos adequados, fechados de forma a que a alteração, incluindo a substituição, do conteúdo não possa ser efetuada sem manipulação ou danificação do selo, e dotados de um rótulo que indique, sem prejuízo de quaisquer outras indicações exigidas pela legislação da União:</p> <p>(a) o nome e endereço do operador e, se diferente, do proprietário ou vendedor do produto;</p> <p>(b) o nome do produto;</p> <p>(c) o nome ou o código da autoridade ou organismo de controlo a que o operador está sujeito; e</p> <p>(d) quando aplicável, a marca de identificação do lote de acordo com um sistema de marcação aprovado a nível nacional ou acordado com a autoridade ou organismo de controlo e que permita a ligação do lote aos registos referidos no artigo 34.º (5).</p>
<p>2.1.2. Os operadores devem assegurar que os alimentos compostos autorizados na produção biológica, transportados para outros operadores ou explorações, incluindo grossistas e retalhistas, sejam dotados de um rótulo que indique, para além de quaisquer outras indicações exigidas pela legislação da União:</p> <p>(a) as informações fornecidas no ponto 2.1.1;</p> <p>(b) quando relevante, em peso de matéria seca:</p> <p>(i) a percentagem total de materiais orgânicos para alimentação animal;</p> <p>(ii) a percentagem total de materiais de alimentação em conversão;</p> <p>(iii) a percentagem total de materiais de alimentação não abrangidos pelos pontos (i) e (ii);</p> <p>(iv) a percentagem total de alimentos de origem agrícola;</p> <p>(c) quando relevante, os nomes dos materiais orgânicos para alimentação animal;</p> <p>(d) quando relevante, os nomes dos materiais de alimentação em conversão; e</p> <p>(e) para rações compostas que não podem ser rotuladas de acordo com o Artigo 30(6), a indicação de que tais rações podem ser utilizadas na produção biológica de acordo com o presente Regulamento.</p>
<p>2.1.3. Sem prejuízo da Diretiva 66/401/CEE, os operadores devem assegurar que no rótulo da embalagem de uma mistura de sementes de plantas forrageiras contendo sementes orgânicas e em conversão ou não orgânicas de determinadas espécies vegetais diferentes, para as quais tenha sido emitida uma autorização nas condições relevantes estabelecidas no ponto 1.8.5 da Parte I do Anexo II do presente documento, conste a indicação de que a embalagem contém as seguintes informações:</p>

Na regulamentação, são fornecidas informações sobre os componentes exatos da mistura, indicados pela porcentagem em peso de cada espécie componente e, quando aplicável, pelas variedades.

Além dos requisitos pertinentes do Anexo IV da Diretiva 66/401/CEE, essa informação deve incluir, além das indicações exigidas no primeiro parágrafo deste ponto, a lista das espécies componentes da mistura que são rotuladas como orgânicas ou em conversão. A percentagem mínima total em peso de sementes orgânicas e em conversão na mistura deve ser de, pelo menos, 70%.

Caso a mistura contenha sementes não orgânicas, o rótulo deverá também incluir a seguinte declaração: «A utilização da mistura só é permitida no âmbito da autorização e no território do Estado-Membro da autoridade competente que autorizou a utilização desta mistura, em conformidade com o ponto 1.8.5 do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos.»

As informações referidas nos pontos 2.1.1 e 2.1.2 podem ser apresentadas exclusivamente em um documento complementar, desde que tal documento possa ser inequivocamente vinculado à embalagem, ao recipiente ou ao transporte veicular do produto. Este documento complementar deve incluir informações sobre o fornecedor ou o transportador.

2.2. O fechamento de embalagens, recipientes ou veículos não será exigido nos seguintes casos:

- (a) o transporte ocorre diretamente entre dois operadores, ambos sujeitos ao sistema de controle orgânico;
- (b) o transporte inclui apenas produtos orgânicos ou apenas produtos em conversão;
- (c) os produtos são acompanhados de um documento que fornece as informações exigidas no ponto 2.1; e
- (d) tanto os operadores expedidores como os destinatários mantêm registos documentais dessas operações de transporte disponíveis para a autoridade ou organismo de controlo.

3. Regras especiais para o transporte de ração para outras unidades de produção ou preparação ou instalações de armazenamento.

Ao transportar ração para outras unidades de produção ou preparação, ou para instalações de armazenamento, os operadores devem garantir que as seguintes condições sejam atendidas:

- (a) durante o transporte, a ração produzida organicamente, a ração em conversão e a ração não orgânica são efetivamente separadas fisicamente;
- (b) veículos ou contentores que tenham transportado produtos não orgânicos só são utilizados para transportar produtos orgânicos ou em processo de conversão se:
 - (i) medidas de limpeza adequadas, cuja eficácia foi verificada, foram realizadas antes de iniciar o transporte de produtos orgânicos ou em conversão e os operadores mantêm registos dessas operações;
 - (ii) todas as medidas apropriadas são implementadas, dependendo dos riscos avaliados de acordo com os mecanismos de controle e, quando necessário, os operadores garantem que os produtos não orgânicos não possam ser colocados no mercado com uma indicação referente à produção orgânica;
 - (iii) o operador mantém registos documentais de tais operações de transporte disponíveis para a autoridade de controlo ou organismo de controlo;
- (c) o transporte de ração orgânica acabada ou em conversão é separado fisicamente ou no tempo do transporte de outros produtos acabados;
- (d) durante o transporte, a quantidade de produtos no início e cada quantidade individual entregue durante uma rota de entrega são registradas.

5. Recebimento de produtos de outros operadores ou unidades

Ao receber um produto orgânico ou em conversão, o operador deve verificar o fechamento da embalagem, do recipiente ou do veículo, quando exigido, e a presença das indicações previstas na Seção 2.

O operador deve comparar as informações do rótulo referidas na Secção 2 com as informações dos documentos que o acompanham. O resultado dessas verificações deve ser explicitamente mencionado nos registos referidos no artigo 34.º, n.º 5.

7. Armazenamento de produtos

7.1. As áreas de armazenamento dos produtos devem ser geridas de forma a garantir a identificação dos lotes e evitar qualquer mistura ou contaminação com produtos ou substâncias que não estejam em conformidade com as normas de produção biológica. Os produtos biológicos e em processo de conversão devem ser claramente identificáveis em todos os momentos.

7.2. Nenhum produto ou substância, além daqueles autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º para utilização na produção biológica, poderá ser armazenado em instalações de produção biológica ou em fase de conversão para produção biológica.

7.3. Os medicamentos veterinários alopáticos, incluindo os antibióticos, podem ser armazenados em explorações agrícolas e de aquicultura, desde que tenham sido prescritos por um médico veterinário no âmbito do tratamento referido nos pontos 1.5.2.2 da Parte II e 3.1.4.2(a) da Parte III do Anexo II, que sejam armazenados num local supervisionado e que sejam registados nos registos referidos no artigo 34.º (5).

7.4. Quando os operadores manuseiam produtos orgânicos, em processo de conversão ou não orgânicos em qualquer combinação e os produtos orgânicos ou em processo de conversão são armazenados em instalações de armazenamento onde também são armazenados outros produtos agrícolas ou alimentos:

- (a) os produtos orgânicos ou em conversão devem ser mantidos separados dos demais produtos agrícolas ou alimentos;
- (b) todas as medidas devem ser tomadas para garantir a identificação das remessas e evitar misturas ou trocas entre produtos orgânicos, em conversão e não orgânicos;
- (c) medidas de limpeza adequadas, cuja eficácia tenha sido verificada, devem ter sido realizadas antes do armazenamento de produtos orgânicos ou em conversão e os operadores devem manter registos dessas operações.

7.5. Somente os produtos de limpeza e desinfecção autorizados nos termos do Artigo 24 para uso na produção orgânica devem ser usados em instalações de armazenamento para esse fim.

Este texto tem caráter meramente documental e não possui qualquer efeito jurídico. As instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo seu conteúdo. As versões autênticas dos atos relevantes, incluindo os seus preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e disponíveis no EUR-Lex. Esses textos oficiais podem ser acessados diretamente através dos links presentes neste documento.

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2021/1165 DA COMISSÃO

de 15 de julho de 2021

Autorizar determinados produtos e substâncias para uso na produção orgânica e estabelecer suas listas.

(RESUMO da versão consolidada de 07/02/2023)

ANEXO I

Substâncias ativas contidas em produtos fitofarmacêuticos autorizados para utilização na produção biológica a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848.

As substâncias ativas listadas neste Anexo podem estar presentes em produtos fitofarmacêuticos utilizados na produção biológica, conforme estabelecido neste Anexo, desde que esses produtos fitofarmacêuticos estejam autorizados nos termos do Regulamento (CE) n.º 1107/2009. Esses produtos fitofarmacêuticos devem ser utilizados em conformidade com as condições estabelecidas no Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 e de acordo com as condições especificadas nas autorizações concedidas pelos Estados-Membros onde são utilizados. Condições mais restritivas para utilização na produção biológica são especificadas na última coluna de cada tabela abaixo.

Em conformidade com o artigo 9.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2018/848, os agentes de proteção, sinergistas e coformulantes enquanto componentes de produtos fitofarmacêuticos, bem como os adjuvantes que devam ser misturados com produtos fitofarmacêuticos, podem ser utilizados na produção biológica, desde que estejam autorizados nos termos do Regulamento (CE) n.º 1107/2009. As substâncias constantes deste anexo só podem ser utilizadas para o controlo de pragas tal como definido no artigo 3.º, n.º 24, do Regulamento (UE) 2018/848.

De acordo com o ponto 1.10.2 da Parte I do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848, estas substâncias só podem ser utilizadas quando as plantas não puderem ser adequadamente protegidas das pragas pelas medidas previstas no ponto 1.10.1 da referida Parte I, em particular pela utilização de agentes de controlo biológico, como insetos benéficos, ácaros e nematoides, em conformidade com as disposições do Regulamento (UE) n.º 1143/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Para efeitos do presente Anexo, as substâncias ativas dividem-se nas seguintes subcategorias:

1. Substâncias básicas

As substâncias básicas listadas na Parte C do Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, de origem vegetal ou animal e derivadas de alimentos conforme definidos no artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, podem ser utilizadas para proteção de plantas na produção biológica. Essas substâncias básicas estão marcadas com um asterisco na tabela abaixo. Devem ser utilizadas de acordo com as utilizações, condições e restrições estabelecidas nos respetivos relatórios de avaliação e tendo em conta as eventuais restrições adicionais constantes na última coluna da tabela abaixo.

Outras substâncias básicas enumeradas na Parte C do Anexo ao Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 podem ser utilizadas para proteção de plantas na produção biológica apenas quando constarem da tabela abaixo. Essas substâncias básicas devem ser utilizadas de acordo com as utilizações, condições e restrições estabelecidas nos respetivos relatórios de avaliação e tendo em conta as eventuais restrições adicionais constantes na coluna da direita da tabela abaixo.

Substâncias básicas não devem ser usadas como herbicidas.

Número e parte do anexo (1)	CAS	Nome	Condições e limites específicos
1C		<i>Equisetum arvense</i> L.*	
2C	9012-76-4	Cloridrato de quitosana*	obtidos de <i>Aspergillus</i> ou aquicultura orgânica ou de pesca sustentável, conforme definido no Artigo 2 de Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho
3C	57-50-1	Sacarose*	
4C	1305-62-0	Hidróxido de cálcio	
5C	90132-02-8	Vinagre*	
6C	8002-43-5	Lecitinas*	
7C	-	Córtex de <i>Salix</i> spp.*	
8C	57-48-7	Frutose*	
9C	144-55-8	bicarbonato de sódio	
10C	92129-90-3	Soro de leite*	
11C	7783-28-0	Fosfato de diamónio Óleo de girassol*	apenas em armadilhas
12C	8001-21-6		
14C	84012-40-8 90131-83-2	<i>Urtica</i> spp. (Extrato de Urtica dioica) (<i>Extrato de Urtica urens</i>)*	
15°C	7722-84-1	Peróxido de hidrogénio	
16C	7647-14-5	Cloreto de sódio	
17C	8029-31-0	Cerveja*	
18C	-	Pó de sementes de mostarda*	
século XIX	14807-96-6	Mineral silicato de metassilicato de hidrogénio de magnésio (Talco E553b)	grau alimentício em conformidade com Regulamento (UE) n.º 231/2012 da Comissão
20°C	8002-72-0	Óleo de cebola*	
21C	52-89-1	L-cisteína (E 920)	

22C	8049-98-7	Leite de vaca*	
23C	-	Extrato do bulbo <i>de Allium cepa</i> * L.	
		Outras substâncias básicas de origem vegetal ou animal e à base de alimentos*	
(1) Listagem de acordo com o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, números e categoria: Parte A substâncias ativas consideradas aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, B substâncias ativas aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, C substâncias básicas, D substâncias ativas de baixo risco e E candidatas à substituição.			

2. Substâncias ativas de baixo risco

Substâncias ativas de baixo risco, com exceção de microrganismos, listadas na Parte D do Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, podem ser utilizadas para proteção de plantas na produção biológica quando estiverem listadas na tabela abaixo ou em qualquer outra parte deste Anexo. Essas substâncias ativas de baixo risco devem ser utilizadas de acordo com os usos, condições e restrições previstos no Regulamento (CE) n.º 1107/2009 e levando em consideração as restrições adicionais, se houver, na última coluna da tabela abaixo.

Número e parte do anexo (1)	CAS	Nome	Condições e limites específicos
2D		COS-OGA	
3D		Cerevisane e outros produtos à base de fragmentos de células de microrganismos.	Não é de origem transgênica.
5D	10045-86-6	Fosfato férrico (ortofosfato de ferro (III))	
12D	9008-22-4	Laminarina	As algas marinhas devem ser obtidas por meio de aquicultura orgânica ou coletadas de forma sustentável, de acordo com o ponto 2.4 da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848.
16D	CAS não alocado	ABE-IT 56 (componentes do lisado de cepa de <i>Saccharomyces cerevisiae</i> DDSF623)	não proveniente de OGM não produzido utilizando meios de cultivo de origem transgênica
20D	10058-44-3	pirofosfato férrico	
28D		Extrato aquoso das sementes germinadas de <i>Lupinus albus</i> doce	

(1) Listagem de acordo com o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, números e categoria: Parte A substâncias ativas consideradas aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, B substâncias ativas aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, C substâncias básicas, D substâncias ativas de baixo risco e E candidatas à substituição.

3. Microorganismos

Todos os microrganismos listados nas Partes A, B e D do Anexo ao Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 podem ser utilizados na produção biológica, desde que não sejam de origem geneticamente modificada (OGM) e apenas quando utilizados de acordo com as utilizações, condições e restrições estabelecidas nos respetivos relatórios de avaliação. Os microrganismos, incluindo os vírus, são agentes de controlo biológico considerados substâncias ativas pelo Regulamento (CE) n.º 1107/2009.

4. Substâncias ativas não incluídas em nenhuma das categorias acima.

As substâncias ativas aprovadas de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 e listadas na tabela abaixo podem ser utilizadas como produtos fitofarmacêuticos na produção biológica apenas quando utilizadas em conformidade com as utilizações, condições e restrições previstas no Regulamento (CE) n.º 1107/2009 e tendo em conta as eventuais restrições adicionais constantes na coluna da direita da tabela abaixo.

Número e parte do anexo (1)	CAS	Nome	Condições e limites específicos
139A	131929-60-7 131929-63-0	Espinósade	
225A	124-38-9	Dióxido de carbono	
227A	74-85-1	Etileno	apenas em bananas e batatas; no entanto, também pode ser usado em citrinos como parte de uma estratégia para a prevenção de danos causados pela mosca-das-frutas.
230A	ia 67701-09-1	Ácidos graxos	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
231A	8008-99-9	Extrato de alho (<i>Allium sativum</i>)	
234A	CAS Não alocado CIPAC nº 901	Proteínas hidrolisadas, excluindo gelatina	
244A	298-14-6	Bicarbonato de potássio	
249A	98999-15-6	Repelentes com odor de origem animal ou vegetal/gordura de ovelha	
255A e outros		Feromônios e outros semioquímicos	apenas em armadilhas e dispensadores
220A	1332-58-7	Silicato de alumínio (caulim)	
236A	61790-53-2	Kieselgur (terra diatomácea)	
247A	14808-60-7 7637-86-9	Areia de quartzo	
343A	11141-17-6 84696-25-3	Azadiractina (extrato de Margosa)	extraído de sementes da árvore Neem (<i>Azadirachta indica</i>)
240A	8000-29-1	óleo de citronela	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
241A	84961-50-2	Óleo de cravo	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
242A	8002-13-9	óleo de colza	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
243A	8008-79-5	óleo de hortelã-verde	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
56A	8028-48-6 5989-27-5	Óleo de laranja	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
228A	68647-73-4	óleo da árvore do chá	Todos os usos são autorizados, exceto herbicida.
246A	8003-34-7	Piretrinas extraídas de plantas	
292A	7704-34-9	Enxofre	

294A	64742-46-7	Óleos de parafina	
205A	72623-86-0		
	97862-82-3		
	8042-47-5		
345A	1344-81-6	Cal sulfúrica (polissulfeto de cálcio)	
44B	9050-36-6	Maltodextrina	
45B	97-53-0	Eugenol	
46B	106-24-1	Geraniol	
47B	89-83-8	Timol	
10E	20427-59-2	Hidróxido de cobre	de acordo com a implementação O Regulamento (UE) n.º 540/2011 apenas autoriza utilizações que resultem numa aplicação total máxima de 28 kg de cobre por hectare durante um período de 7 anos.
10E	1332-65-6	Oxicloreto de cobre	
	1332-40-7		
10E	1317-39-1	Óxido de cobre	
10E	8011-63-0	Mistura bordalesa	
10E	12527-76-3	sulfato de cobre tribásico	
40A	52918-63-5	Deltametrina	somente em armadilhas com atrativos específicos contra <i>Bactrocera oleae</i> , <i>Ceratite capitata</i> e <i>Rhagoletis completa</i>
5E	91465-08-6	Lambda-cialotrina	apenas em armadilhas com atrativos específicos contra <i>Bactrocera</i> <i>oleae</i> e <i>Ceratitis capitata</i>
(1) Listagem de acordo com o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, números e categoria: Parte A substâncias ativas consideradas aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, B substâncias ativas aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, C substâncias básicas, D substâncias ativas de baixo risco e E candidatas à substituição.			

ANEXO II

Fertilizantes, condicionadores de solo e nutrientes autorizados a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848

Os fertilizantes, condicionadores de solo e nutrientes⁽¹⁾ listados neste Anexo podem ser utilizados na produção biológica, desde que estejam em conformidade com

- a legislação relevante da União e nacional sobre produtos fertilizantes, em particular, quando aplicável, o Regulamento (CE) n.º 2003/2003 e o Regulamento (UE) 2019/1009; e
- Legislação da União sobre subprodutos animais, em particular o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 e o Regulamento (UE) n.º 142/2011, em particular os anexos V e XI.

De acordo com o ponto 1.9.6 da Parte I do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848, as preparações de microrganismos podem ser utilizadas para melhorar o estado geral do solo ou para melhorar a disponibilidade de nutrientes no solo ou nas culturas.

Só podem ser utilizados de acordo com as especificações e restrições de utilização das respetivas legislações da União Europeia e nacionais. Condições mais restritivas para a utilização na produção biológica são especificadas na coluna da direita das tabelas.

(1) Abrangendo, em particular, todas as categorias de funções de produto enumeradas na Parte I do Anexo I do Regulamento (UE) 2019/1009.

Nome Produtos compostos ou produtos que contenham apenas os materiais listados abaixo.	Descrição, condições específicas e limites
esterco de curral	Produto composto por uma mistura de excrementos animais e matéria vegetal (cama para animais e material para alimentação animal). Criação intensiva de animais de origem proibida
Esterco de curral seco e esterco de aves desidratado	Criação intensiva de animais de origem proibida
Excrementos animais compostados, incluindo estrume de aves e estrume agrícola compostado, estavam incluídos.	Criação intensiva de animais de origem proibida
excrementos animais líquidos	Utilizar após fermentação controlada e/ou diluição apropriada. Criação intensiva de animais de origem proibida
Mistura compostada ou fermentada de resíduos domésticos	Produto obtido a partir de resíduos domésticos separados na origem, que foram submetidos à compostagem ou à fermentação anaeróbica para produção de biogás. Apenas resíduos domésticos de origem vegetal e animal. Somente quando produzido em sistema de coleta fechado e monitorado, aceito pelo Estado-Membro. Concentrações máximas em mg/kg de matéria seca: cádmio: 0,7; cobre: 70; níquel: 25; chumbo: 45; zinco: 200; mercúrio: 0,4; cromo (total): 70; cromo (VI): não detectável.
Turfa	Uso limitado à horticultura (horticultura comercial, floricultura, arboricultura, viveiros)
resíduos da cultura de cogumelos	A composição inicial do substrato deve ser limitada aos produtos deste Anexo.
Mistura de substrato composta por excrementos de minhocas (vermicomposto) e fezes de insetos.	quando aplicável, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1069/2009.
Guano	
Mistura compostada ou fermentada de matéria vegetal	Produto obtido a partir de misturas de matéria vegetal, submetidas à compostagem ou à fermentação anaeróbica para produção de biogás.

Digestato de biogás contendo subprodutos animais codigeridos com material de origem vegetal ou animal, conforme listado neste Anexo.	Subprodutos animais (incluindo subprodutos de animais selvagens) da categoria 3 e conteúdo do trato digestivo da categoria 2 (categorias conforme definidas no Regulamento (CE) n.º 1069/2009) Criação intensiva de animais de origem proibida Os processos devem estar em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 142/2011. Não deve ser aplicado nas partes comestíveis da plantação.
Produtos ou subprodutos de origem animal, conforme abaixo: refeição de sangue Farinha de casco Refeição de chifre Farinha de ossos ou farinha de ossos desgelatinizada Farinha de peixe refeição de carne Farinha de penas, pelos e pele ('chiquette') Lã Pelo (1) Cabelo Produtos lácteos Proteínas hidrolisadas (2)	(1) Concentração máxima em mg/kg de matéria seca de crómio (VI): não detetável (2) Não deve ser aplicado às partes comestíveis da cultura.
Produtos e subprodutos de origem vegetal para fertilizantes	Exemplos: farelo de torta de oleaginosas, cascas de cacau, colmos de malte
Proteínas hidrolisadas de origem vegetal	
Algas e produtos à base de algas	na medida em que foi obtido diretamente por: (i) processos físicos, incluindo desidratação, congelamento e moagem (ii) extração com água ou solução aquosa ácida e/ou alcalina (iii) fermentação apenas de origem orgânica ou colhida de forma sustentável, em conformidade com o ponto 2.4 da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848.
Serragem e lascas de madeira	madeira não tratada quimicamente após o abate
Casca compostada	madeira não tratada quimicamente após o abate
Cinzas de madeira	proveniente de madeira não tratada quimicamente após o abate.

fosfato de rocha mole	<p>Produto obtido pela moagem de fosfatos minerais macios, contendo fosfato tricálcico e carbonato de cálcio como ingredientes essenciais.</p> <p>Conteúdo mínimo de nutrientes (percentagem em peso): 25% P₂O₅</p> <p>Fósforo expresso como P₂O₅ solúvel em ácidos minerais, sendo que pelo menos 55% do teor declarado de P₂O₅ é solúvel em ácido fórmico a 2%.</p> <p>tamanho das partículas: — pelo menos 90% em peso capaz de passar por uma peneira com malha de 0,063 mm — pelo menos 99% em peso capaz de passar por uma peneira com malha de 0,125 mm</p> <p>Até 15 de julho de 2022, o teor de cádmio deve ser inferior ou igual a 90 mg/kg de P₂O₅; a partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.</p>
fosfato de alumínio-cálcio	<p>Produto obtido em forma amorfa por tratamento térmico e moagem, contendo fosfatos de alumínio e cálcio como ingredientes essenciais.</p> <p>Conteúdo mínimo de nutrientes (percentagem em peso): 30% P₂O₅</p> <p>fósforo expresso como P₂O₅ solúvel em ácidos minerais, sendo que pelo menos 75% do teor declarado de P₂O₅ é solúvel em citrato de amônio alcalino (Joulie)</p> <p>tamanho das partículas: — pelo menos 90% em peso capaz de passar por uma peneira com malha de 0,160 mm — pelo menos 98% em peso capaz de passar por uma peneira com malha de 0,630 mm</p> <p>Até 15 de julho de 2022, o teor de cádmio deve ser inferior ou igual a 90 mg/kg de P₂O₅; a partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.</p> <p>Uso limitado a solos básicos (pH > 7,5)</p>

Escória básica (fosfatos de Thomas ou escória de Thomas)	<p>Produto obtido na fundição de ferro pelo tratamento de fundidos de fósforo e que contém silicofosfatos de cálcio como seus ingredientes essenciais.</p> <p>Conteúdo mínimo de nutrientes (percentagem em peso): 12% P₂O₅</p> <p>Fósforo expresso como pentóxido de fósforo solúvel em ácidos minerais, sendo que pelo menos 75% do teor declarado de pentóxido de fósforo é solúvel em ácido cítrico a 2%.</p> <p>ou</p> <p>10% de fósforo P₂O₅ expresso como pentóxido de fósforo solúvel em ácido cítrico a 2%.</p> <p>tamanho das partículas: — pelo menos 75% capazes de passar por uma peneira com malha de 0,160 mm — pelo menos 96% capazes de passar por uma peneira com malha de 0,630 mm</p> <p>A partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.</p>
Sal de potássio bruto	<p>produto obtido a partir de sais de potássio brutos</p> <p>Conteúdo mínimo de nutrientes (percentagem em peso): 9% de K₂O, potássio expresso como K₂O solúvel em água. 2% de MgO</p> <p>Magnésio na forma de sais solúveis em água, expresso como óxido de magnésio.</p> <p>A partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.</p>
Sulfato de potássio, possivelmente contendo sal de magnésio.	Produto obtido a partir de sal de potássio bruto por um processo de extração física, contendo possivelmente também sais de magnésio.
Vinhaça e extrato de vinhaça	vinhaça de amônio excluída
Carbonato de cálcio, por exemplo: giz, marga, calcário moído, <u>Melhorador bretão (maerl), giz fosfatado</u>	apenas de origem natural
Resíduos de moluscos	apenas provenientes de aquicultura orgânica ou de pesca sustentável, em conformidade com o artigo 2.º do Regulamento (UE) N° 1380/2013
cascas de ovo	Criação intensiva de animais de origem proibida
Carbonato de magnésio e cálcio	apenas de origem natural <u>Exemplo: giz magnesiano, magnésio moído, calcário.</u>
<u>Sulfato de magnésio (kieserita)</u>	apenas de origem natural
Solução de cloreto de cálcio	Uso exclusivo no tratamento foliar de macieiras, para prevenir a deficiência de cálcio.
Sulfato de cálcio (gesso)	<p>Produto de origem natural contendo sulfato de cálcio em vários graus de hidratação.</p> <p>Conteúdo mínimo de nutrientes (percentagem em peso): 25% CaO 35% SO₃</p> <p>cálcio e enxofre expressos como CaO total + SO₃</p> <p>finura da moagem: — pelo menos 80% devem passar por uma peneira com malha de 2 mm, — pelo menos 99% devem passar por uma peneira com malha de 10 mm de largura</p> <p>A partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.</p>

Cal industrial proveniente da produção de açúcar	subproduto da produção de açúcar a partir da beterraba sacarina e da cana-de-açúcar
Cal industrial a partir da produção de sal a vácuo	subproduto da produção de sal a vácuo a partir de salmoura encontrada nas montanhas
Enxofre elementar	até 15 de julho de 2022: conforme listado de acordo com a Parte D do Anexo I do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 A partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.
Fertilizantes inorgânicos de micronutrientes	até 15 de julho de 2022: conforme listado de acordo com a Parte E do Anexo I do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 A partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.
Cloreto de sódio	
Farinha de pedra, argilas e minerais de argila	
Leonardita (sedimento orgânico bruto rico em ácidos húmicos)	somente se obtido como subproduto de atividades de mineração
Ácidos húmicos e fúlvicos	somente se obtido por sais/soluções inorgânicas, excluindo sais de amônio; ou obtido por purificação de água potável.
Xilita	somente se obtido como subproduto de atividades de mineração (ex.: subproduto da mineração de linhita)
Quitina (Polissacarídeo obtido da carapaça de crustáceos)	obtidos da aquicultura orgânica ou da pesca sustentável, em conformidade com o artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013.
Sedimentos ricos em matéria orgânica (1) provenientes de corpos de água doce formados na ausência de oxigênio (ex: sapropel)	apenas sedimentos orgânicos que são subprodutos da gestão de corpos de água doce ou extraídos de antigas áreas de água doce Quando aplicável, a extração deve ser feita de forma a causar o mínimo impacto possível no sistema aquático. Somente sedimentos provenientes de fontes isentas de contaminação por pesticidas, poluentes orgânicos persistentes e substâncias semelhantes à gasolina. Até 15 de julho de 2022: concentrações máximas em mg/kg de matéria seca: cádmio: 0,7; cobre: 70; níquel: 25; chumbo: 45; zinco: 200; mercúrio: 0,4; cromo (total): 70; cromo (VI): não detectável A partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para os contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.
Biochar – produto da pirólise obtido a partir de uma grande variedade de materiais orgânicos de origem vegetal e aplicado como condicionador de solo.	somente de materiais vegetais, quando tratados após a colheita apenas com produtos incluídos no Anexo I. Até 15 de julho de 2022: valor máximo de 4 mg de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAPs) por kg de matéria seca (MS); a partir de 16 de julho de 2022, aplicam-se os limites relevantes para contaminantes estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009.
Estruvita recuperada e sais de fosfato precipitados	Os produtos devem cumprir os requisitos estabelecidos no Regulamento (UE) 2019/1009. O estrume animal, enquanto matéria-prima, não pode ter origem na criação intensiva de animais.
Nitrato de sódio	Apenas para produção de algas em terra em sistemas fechados.
Cloreto de potássio (cloreto de potássio) somente de origem natural	
(1) Aqui, 'orgânico' é usado no sentido de química orgânica, não de agricultura orgânica.	

ANEXO IV

Produtos autorizados para limpeza e desinfecção referidos nas alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848

PARTE B

Produtos para a limpeza e desinfecção de edifícios e instalações utilizadas na produção vegetal, incluindo para armazenamento em explorações agrícolas.

PARTE C

Produtos para limpeza e desinfecção em instalações de processamento e armazenamento.

PARTE D

Produtos a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do presente regulamento.

Os seguintes produtos, ou produtos que contenham as seguintes substâncias ativas listadas no Anexo VII do Regulamento (CE) n.º 889/2008, não podem ser utilizados como produtos biocidas:

— soda cáustica;
— potassa cáustica;
— ácido oxálico;
— essências naturais de plantas, com exceção de óleo de linhaça, óleo de lavanda e óleo de hortelã-pimenta; —
ácido nítrico; —
ácido fosfórico; —
carbonato de sódio; —
sulfato de cobre; —
permanganato de potássio; — torta
de semente de chá feita de semente de camélia natural; —
ácido húmico; —
ácidos peracéticos, com exceção do ácido peracético.

PLANT ORGANIC PRODUCTION RULES

Applicable for unprocessed plants and plant products, including seeds and other plant reproductive material, and other products listed in Annex I of Reg. UE 2018/848

ABSTRACTS FROM THE EUROPEAN REGULATIONS

- EU 2818/848 (consolidated version 2023-02-21)
- EU 2021/1165 (consolidated version 2023-02-07)
- EU 2020/464 (consolidated version 2021-11-25)

According to the requirements provided in art. 1.2.e of Reg. EU 2021/1698, BIOAGRICERT is providing this abstract of the production rules and control measures set out in Regulation (EU) 2018/848, and in the delegated and implementing acts adopted pursuant to it, based on the above mentioned consolidated version available on <https://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/consleg.html>

This abstract is integrated with unofficial translation, in languages that are understandable for the contracted operators in the third countries for which BIOAGRICERT requests recognition.

In case of any disputes related to the interpretation of this document, shall apply only the official version of the mentioned regulations as available in one of the official language of the European Union on

<https://eur-lex.europa.eu/homepage.html>

This text is meant purely as a documentation tool and has no legal effect. The Union's institutions do not assume any liability for its contents. The authentic versions of the relevant acts, including their preambles, are those published in the Official Journal of the European Union and available in EUR-Lex. Those official texts are directly accessible through the links embedded in this document

REGULATION (EU) 2018/848 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL
of 30 May 2018
on organic production and labelling of organic products and repealing Council Regulation (EC) No 834/2007

(ABSTRACT from consolidated version 2023-02-21)

CHAPTER I - SUBJECT MATTER, SCOPE AND DEFINITIONS

Article 1

Subject matter

This Regulation establishes the principles of organic production and lays down the rules concerning organic production, related certification and the use of indications referring to organic production in labelling and advertising, as well as rules on controls additional to those laid down in Regulation (EU) 2017/625.

Article 2

Scope

1. This Regulation applies to the following products originating from agriculture, including aquaculture and beekeeping, as listed in Annex I to the TFEU and to products originating from those products, where such products are, or are intended to be, produced, prepared, labelled, distributed, placed on the market, imported into or exported from the Union:

- (a) live or unprocessed agricultural products, including seeds and other plant reproductive material;
- (b) processed agricultural products for use as food;
- (c) feed.

This Regulation also applies to certain other products closely linked to agriculture listed in Annex I to this Regulation, where they are, or are intended to be, produced, prepared, labelled, distributed, placed on the market, imported into or exported from the Union.

2. This Regulation applies to any operator involved, at any stage of production, preparation and distribution, in activities relating to the products referred to in paragraph 1.

3. Mass catering operations carried out by a mass caterer as defined in point (d) of Article 2(2) of Regulation (EU) No 1169/2011 are not subject to this Regulation except as set out in this paragraph.

CHAPTER III - PRODUCTION RULES*Article 9***General production rules**

1. Operators shall comply with the general production rules laid down in this Article.
2. The entire holding shall be managed in compliance with the requirements of this Regulation that apply to organic production.
3. For the purposes and uses referred to in Articles 24 and 25 and in Annex II, only products and substances that have been authorised pursuant to those provisions may be used in organic production, provided that their use in non-organic production has also been authorised in accordance with the relevant provisions of Union law and, where applicable, in accordance with national provisions based on Union law.

The following products and substances referred to in Article 2(3) of Regulation (EC) No 1107/2009 shall be allowed for use in organic production, provided that they are authorised pursuant to that Regulation:

- (a) safeners, synergists and co-formulants as components of plant protection products;
- (b) adjuvants that are to be mixed with plant protection products.

The use in organic production of products and substances for purposes other than those covered by this Regulation shall be allowed, provided that their use complies with the principles laid down in Chapter II.

4. Ionising radiation shall not be used in the treatment of organic food or feed, and in the treatment of raw materials used in organic food or feed.
5. The use of animal cloning, and the rearing of artificially induced polyploid animals, shall be prohibited.
6. Preventive and precautionary measures shall be taken, where appropriate, at every stage of production, preparation and distribution.
7. Notwithstanding paragraph 2, a holding may be split into clearly and effectively separated production units for organic, in-conversion and non-organic production, provided that for the non-organic production units:
 - (a) as regards livestock, different species are involved;
 - (b) as regards plants, different varieties that can be easily differentiated are involved.

As regards algae and aquaculture animals, the same species may be involved, provided that there is a clear and effective separation between the production sites or units.

8. By way of derogation from point (b) of paragraph 7, in the case of perennial crops which require a cultivation period of at least three years, different varieties that cannot be easily differentiated, or the same varieties, may be involved, provided that the production in question is within the context of a conversion plan, and provided that the conversion of the last part of the area related to the production in question to organic production begins as soon as possible and is completed within a maximum of five years.

In such cases:

- (a) the farmer shall notify the competent authority, or, where appropriate, the control authority or the control body, of the start of harvest of each of the products concerned at least 48 hours in advance;
- (b) upon completion of the harvest, the farmer shall inform the competent authority, or, where appropriate, the control authority or the control body, of the exact quantities harvested from the units concerned and of the measures taken to separate the products;

(c) the conversion plan and the measures to be taken to ensure the effective and clear separation shall be confirmed each year by the competent authority, or, where appropriate, by the control authority or the control body, after the start of the conversion plan.

9. The requirements concerning different species and varieties, laid down in points (a) and (b) of paragraph 7, shall not apply in the case of research and educational centres, plant nurseries, seed multipliers and breeding operations.

10. Where, in the cases referred to in paragraphs 7, 8 and 9, not all production units of a holding are managed under organic production rules, the operators shall:

- (a) keep the products used for the organic and in-conversion production units separate from those used for the non-organic production units;
- (b) keep the products produced by the organic, in-conversion and non-organic production units separate from each other;
- (c) keep adequate records to show the effective separation of the production units and of the products.

Article 10

Conversion

1. Farmers and operators that produce algae or aquaculture animals shall comply with a conversion period. During the whole conversion period they shall apply all rules on organic production laid down in this Regulation, in particular the applicable rules on conversion set out in this Article and in Annex II.

2. The conversion period shall start at the earliest when the farmer or the operator that produces algae or aquaculture animals has notified the activity to the competent authorities, in accordance with Article 34(1), in the Member State in which the activity is carried out and in which that farmer or operator's holding is subject to the control system.

3. No previous period may be retroactively recognised as being part of the conversion period, except where:

(a) the operator's land parcels were subject to measures which were defined in a programme implemented pursuant to Regulation (EU) No 1305/2013 for the purpose of ensuring that no products or substances other than those authorised for use in organic production have been used on those land parcels; or

(b) the operator can provide proof that the land parcels were natural or agricultural areas that, for a period of at least three years, have not been treated with products or substances that are not authorised for use in organic production.

4. Products produced during the conversion period shall not be marketed as organic products or as in-conversion products.

However, the following products produced during the conversion period and in compliance with paragraph 1 may be marketed as in-conversion products:

(a) plant reproductive material, provided that a conversion period of at least 12 months has been complied with;

(b) food products of plant origin and feed products of plant origin, provided that the product contains only one agricultural crop ingredient, and provided that a conversion period of at least 12 months before the harvest has been complied with.

Article 11

Prohibition of the use of GMOs

1. GMOs, products produced from GMOs, and products produced by GMOs shall not be used in food or feed, or as food, feed, processing aids, plant protection products, fertilisers, soil conditioners, plant reproductive material, micro-organisms or animals in organic production.

2. For the purposes of the prohibition laid down in paragraph 1, with regard to GMOs and products produced from GMOs for food and feed, operators may rely on the labels of a product that have been affixed or provided pursuant to Directive 2001/18/EC, Regulation (EC) No 1829/2003 of the European Parliament and of the Council or Regulation (EC) No 1830/2003 of the European Parliament and of the Council or any accompanying document provided pursuant thereto.

3. Operators may assume that no GMOs and no products produced from GMOs have been used in the manufacture of purchased food and feed where such products do not have a label affixed or provided, or are not accompanied by a document provided, pursuant to the legal acts referred to in paragraph 2, unless they have obtained other information indicating that the labelling of the products concerned is not in conformity with those legal acts.

4. For the purposes of the prohibition laid down in paragraph 1, with regard to products not covered by paragraphs 2 and 3, operators using non-organic products purchased from third parties shall require the vendor to confirm that those products are not produced from GMOs or produced by GMOs.

Article 12

Plant production rules

1. Operators that produce plants or plant products shall comply, in particular, with the detailed rules set out in Part I of Annex II.

2. The Commission is empowered to adopt delegated acts in accordance with Article 54 amending:

(a) points 1.3 and 1.4 of Part I of Annex II as regards derogations;

(b) point 1.8.5 of Part I of Annex II as regards the use of in-conversion and non-organic plant reproductive material;

(c) point 1.9.5 of Part I of Annex II by adding further provisions concerning agreements between operators of agricultural holdings, or by amending those added provisions;

(d) point 1.10.1 of Part I of Annex II by adding further pest- and weed-management measures, or by amending those added measures;

(e) Part I of Annex II by adding further detailed rules and cultivation practices for specific plants and plant products, including rules for sprouted seeds, or by amending those added rules.

Article 13

Specific provisions for the marketing of plant reproductive material of organic heterogeneous material

1. Plant reproductive material of organic heterogeneous material may be marketed without complying with the requirements for registration and without complying with the certification categories of pre-basic, basic and certified material or with the requirements for other categories, which are set out in Directives 66/401/EEC, 66/402/EEC, 68/193/EEC, 98/56/EC, 2002/53/EC, 2002/54/EC, 2002/55/EC, 2002/56/EC, 2002/57/EC, 2008/72/EC and 2008/90/EC or acts adopted pursuant to those Directives.

2. Plant reproductive material of organic heterogeneous material as referred to in paragraph 1 may be marketed following a notification of the organic heterogeneous material by the supplier to the responsible official bodies referred to in Directives 66/401/EEC, 66/402/EEC, 68/193/EEC, 98/56/EC, 2002/53/EC, 2002/54/EC, 2002/55/EC, 2002/56/EC, 2002/57/EC, 2008/72/EC and 2008/90/EC, made by means of a dossier containing:

(a) the contact details of the applicant;

(b) the species and denomination of the organic heterogeneous material;

(c) the description of the main agronomic and phenotypic characteristics that are common to that plant grouping, including breeding methods, any available results from tests on those characteristics, the country of production and the parental material used;

(d) a declaration by the applicant concerning the truth of the elements in points (a), (b) and (c); and

(e) a representative sample.

That notification shall be sent by registered letter, or by any other means of communication accepted by the official bodies, with confirmation of receipt requested.

Three months after the date shown on the return receipt, provided that no additional information was requested or that no formal refusal for reasons of incompleteness of the dossier or non-compliance as defined in Article 3(57) was communicated to the supplier, the responsible official body shall be deemed to have acknowledged the notification and its content.

After having expressly or implicitly acknowledged the notification, the responsible official body may proceed to the listing of the notified organic heterogeneous material. That listing shall be free of charge to the supplier.

The listing of any organic heterogeneous material shall be communicated to the competent authorities of the other Member States and to the Commission.

Such organic heterogeneous material shall fulfil the requirements laid down in the delegated acts adopted in accordance with paragraph 3.

Article 23

Collection, packaging, transport and storage

1. Operators shall ensure that organic products and in-conversion products are collected, packaged, transported and stored in accordance with the rules set out in Annex III.

Article 27

Obligations and actions in the event of suspicion of non-compliance

Where an operator suspects that a product it has produced, prepared, imported or has received from another operator does not comply with this Regulation, that operator shall, subject to Article 28(2):

(a) identify and separate the product concerned;

(b) check whether the suspicion can be substantiated;

(c) not place the product concerned on the market as an organic or in-conversion product and not use it in organic production, unless the suspicion can be eliminated;

(d) where the suspicion has been substantiated or where it cannot be eliminated, immediately inform the relevant competent authority, or, where appropriate, the relevant control authority or control body, and provide it with available elements, where appropriate;

(e) fully cooperate with the relevant competent authority, or, where appropriate, with the relevant control authority or control body, in verifying and identifying the reasons for the suspected non-compliance.

Article 28

Precautionary measures to avoid the presence of non-authorised products and substances

1. In order to avoid contamination with products or substances that are not authorised in accordance with the first subparagraph of Article 9(3) for use in organic production, operators shall take the following precautionary measures at every stage of production, preparation and distribution:

(a) put in place and maintain measures that are proportionate and appropriate to identify the risks of contamination of organic production and products with non-authorised products or substances, including systematic identification of critical procedural steps;

(b) put in place and maintain measures that are proportionate and appropriate to avoid risks of contamination of organic production and products with non-authorised products or substances;

(c) regularly review and adjust such measures; and

(d) comply with other relevant requirements of this Regulation that ensure the separation of organic, in-conversion and non-organic products.

2. Where an operator suspects, due to the presence of a product or substance that is not authorised pursuant to the first subparagraph of Article 9(3) for use in organic production in a product that is intended to be used or marketed as an organic or in-conversion product, that the latter product does not comply with this Regulation, the operator shall:

(a) identify and separate the product concerned;

(b) check whether the suspicion can be substantiated;

(c) not place the product concerned on the market as an organic or in-conversion product and not use it in organic production unless the suspicion can be eliminated;

(d) where the suspicion has been substantiated or where it cannot be eliminated, immediately inform the relevant competent authority, or, where appropriate, the relevant control authority or control body, and provide it with available elements, where appropriate;

(e) fully cooperate with the relevant competent authority, or, where appropriate, with the relevant control authority or control body, in identifying and verifying the reasons for the presence of non-authorised products or substances.

*Article 29***Measures to be taken in the event of the presence of non-authorised products or substances**

1. Where the competent authority, or, where appropriate, the control authority or control body, receives substantiated information about the presence of products or substances that are not authorised pursuant to the first subparagraph of Article 9(3) for use in organic production, or has been informed by an operator in accordance with point (d) of Article 28(2), or detects such products or substances in an organic or an in-conversion product:

(a) it shall immediately carry out an official investigation in accordance with Regulation (EU) 2017/625 with a view to determining the source and the cause in order to verify compliance with the first subparagraph of Article 9(3) and with Article 28(1); such investigation shall be completed as soon as possible, within a reasonable period, and shall take into account the durability of the product and the complexity of the case;

(b) it shall provisionally prohibit both the placing on the market of the products concerned as organic or in-conversion products and their use in organic production pending the results of the investigation referred to in point (a).

2. The product concerned shall not be marketed as an organic or in-conversion product or used in organic production where the competent authority, or, where appropriate, the control authority or control body, has established that the operator concerned:

(a) has used products or substances not authorised pursuant to the first subparagraph of Article 9(3) for use in organic production;

(b) has not taken the precautionary measures referred to in Article 28(1); or

(c) has not taken measures in response to relevant previous requests from the competent authorities, control authorities or control bodies.

3. The operator concerned shall be given an opportunity to comment on the results of the investigation referred to in point (a) of paragraph 1. The competent authority, or, where appropriate, the control authority or control body, shall keep records of the investigation it has carried out.

Where required, the operator concerned shall take such corrective measures as necessary to avoid future contamination.

CHAPTER IV - LABELLING

Article 30

Use of terms referring to organic production

1. For the purposes of this Regulation, a product shall be regarded as bearing terms referring to organic production where, in the labelling, advertising material or commercial documents, such a product, its ingredients or feed materials used for its production are described in terms suggesting to the purchaser that the product, ingredients or feed materials have been produced in accordance with this Regulation. In particular, the terms listed in Annex IV and their derivatives and diminutives, such as 'bio' and 'eco', whether alone or in combination, may be used throughout the Union and in any language listed in that Annex for the labelling and advertising of products referred to in Article 2(1) which comply with this Regulation.

2. For the products referred to in Article 2(1), the terms referred to in paragraph 1 of this Article shall not be used anywhere in the Union, in any language listed in Annex IV, for the labelling, advertising material or commercial documents of a product which does not comply with this Regulation.

Furthermore, no terms, including terms used in trademarks or company names, or practices shall be used in labelling or advertising if they are liable to mislead the consumer or user by suggesting that a product or its ingredients comply with this Regulation.

3. Products that have been produced during the conversion period shall not be labelled or advertised as organic products or as in-conversion products.

However, plant reproductive material, food products of plant origin and feed products of plant origin that have been produced during the conversion period, which comply with Article 10(4), may be labelled and advertised as in-conversion products by using the term 'in- conversion' or a corresponding term, together with the terms referred to in paragraph 1.

4. The terms referred to in paragraph 1 and 3 shall not be used for a product for which Union law requires the labelling or advertising to state that the product contains GMOs, consists of GMOs or is produced from GMOs.

5. For processed food, the terms referred to in paragraph 1 may be used:

(a) in the sales description, and in the list of ingredients where such a list is mandatory pursuant to Union legislation, provided that:

(i) the processed food complies with the production rules set out in Part IV of Annex II and with the rules laid down in accordance with Article 16(3);

(ii) at least 95 % of the agricultural ingredients of the product by weight are organic; and

(iii) in the case of flavourings, they are only used for natural flavouring substances and natural flavouring preparations labelled in accordance with Article 16(2), (3) and (4) of Regulation (EC) No 1334/2008 and all of the flavouring components and carriers of flavouring components in the flavouring concerned are organic;

(b) only in the list of ingredients, provided that:

(i) less than 95 % of the agricultural ingredients of the product by weight are organic, and provided that those ingredients comply with the production rules set out in this Regulation; and

(ii) the processed food complies with the production rules set out in points 1.5, 2.1(a), 2.1(b) and 2.2.1 of Part IV of Annex II, with the exception of the rules on restricted use of non-organic agricultural ingredients set out in point 2.2.1 of Part IV of Annex II, and with the rules laid down in accordance with Article 16(3);

(c) in the sales description and in the list of ingredients, provided that:

(i) the main ingredient is a product of hunting or fishing;

(ii) the term referred to in paragraph 1 is clearly related in the sales description to another ingredient which is organic and different from the main ingredient;

(iii) all other agricultural ingredients are organic; and

(iv) the processed food complies with the production rules set out in points 1.5, 2.1(a), 2.1(b) and 2.2.1 of Part IV of Annex II, with the exception of the rules on restricted use of non-organic agricultural ingredients set out in point 2.2.1 of Part IV of Annex II, and with the rules laid down in accordance with Article 16(3).

The list of ingredients referred to in points (a), (b) and (c) of the first subparagraph shall indicate which ingredients are organic. The references to organic production may only appear in relation to the organic ingredients.

The list of ingredients referred to in points (b) and (c) of the first subparagraph shall include an indication of the total percentage of organic ingredients in proportion to the total quantity of agricultural ingredients.

The terms referred to in paragraph 1, when used in the list of ingredients referred to in points (a), (b), and (c) of the first subparagraph of this paragraph, and the indication of the percentage referred to in the third subparagraph of this paragraph shall appear in the same colour, identical size and style of lettering as the other indications in the list of ingredients.

6. For processed feed, the terms referred to in paragraph 1 may be used in the sales description and in the list of ingredients, provided that:

(a) the processed feed complies with the production rules set out in Parts II, III and V of Annex II and with the specific rules laid down in accordance with Article 17(3);

(b) all of the ingredients of agricultural origin that are contained in the processed feed are organic; and

(c) at least 95 % of the dry matter of the product are organic.

Article 31

Labelling of products and substances used in crop production

Notwithstanding the scope of this Regulation as set out in Article 2(1), products and substances used in plant protection products or as fertilisers, soil conditioners or nutrients that have been authorised in accordance with Articles 9 and 24 may bear a reference indicating that those products or substances have been authorised for use in organic production in accordance with this Regulation.

Article 32

Compulsory indications

1. Where products bear terms as referred to in Article 30(1), including products labelled as in-conversion products in accordance with Article 30(3):

(a) the code number of the control authority or control body to which the operator that carried out the last production or preparation operation is subject shall also appear in the labelling; and

(b) in the case of prepacked food, the organic production logo of the European Union referred to in Article 33 shall also appear on the packaging, except in cases referred to in Article 30(3) and points (b) and (c) of Article 30(5).

2. Where the organic production logo of the European Union is used, an indication of the place where the agricultural raw materials of which the product is composed have been farmed shall appear in the same visual field as the logo and shall take one of the following forms, as appropriate:

(a) 'EU Agriculture', where the agricultural raw material has been farmed in the Union;

(b) 'non-EU Agriculture', where the agricultural raw material has been farmed in third countries;

(c) 'EU/non-EU Agriculture', where a part of the agricultural raw materials has been farmed in the Union and a part of it has been farmed in a third country.

For the purposes of the first subparagraph, the word 'Agriculture' may be replaced by 'Aquaculture' where appropriate and the words 'EU' and 'non-EU' may be replaced or supplemented by the name of a country, or by the name of a country and a region, if all of the agricultural raw materials of which the product is composed have been farmed in that country and, if applicable, in that region.

For the indication of the place where the agricultural raw materials of which the product is composed have been farmed, as referred to in the first and third subparagraphs, small quantities by weight of ingredients may be disregarded, provided that the total quantity of the disregarded ingredients does not exceed 5 % of the total quantity by weight of agricultural raw materials.

The words 'EU' or 'non-EU' shall not appear in a colour, size and style of lettering that is more prominent than the name of the product.

3. The indications referred to in paragraphs 1 and 2 of this Article and in Article 33(3) shall be marked in a conspicuous place in such a way as to be easily visible, and shall be clearly legible and indelible.

Article 33

Organic production logo of the European Union

1. The organic production logo of the European Union may be used in the labelling, presentation and advertising of products which comply with this Regulation.

The organic production logo of the European Union may also be used for information and educational purposes related to the existence and advertising of the logo itself, provided that such use is not liable to mislead the consumer as regards the organic production of specific products, and provided that the logo is reproduced in accordance with the rules set out in Annex V. In such case, the requirements of Article 32(2) and point 1.7 of Annex V shall not apply.

The organic production logo of the European Union shall not be used for processed food as referred to in points (b) and (c) of Article 30(5) and for in-conversion products as referred to in Article 30(3).

2. Except where used in accordance with the second subparagraph of paragraph 1, the organic production logo of the European Union is an official attestation in accordance with Articles 86 and 91 of Regulation (EU) 2017/625.

3. The use of the organic production logo of the European Union shall be optional for products imported from third countries. Where that logo appears in the labelling of such products, the indication referred to in Article 32(2) shall also appear in the labelling.

4. The organic production logo of the European Union shall follow the model set out in Annex V, and shall comply with the rules set out in that Annex.

5. National logos and private logos may be used in the labelling, presentation and advertising of products which comply with this Regulation.

*Article 35***Certificate**

1. Competent authorities, or, where appropriate, control authorities or control bodies, shall provide a certificate to any operator or group of operators that has notified its activity in accordance with Article 34(1) and complies with this Regulation. The certificate shall:

- (a) be issued in electronic form wherever possible;
- (b) allow at least the identification of the operator or group of operators including the list of the members, the category of products covered by the certificate and its period of validity;
- (c) certify that the notified activity complies with this Regulation; and
- (d) be issued in accordance with the model set out in Annex VI.

2. Without prejudice to paragraph 8 of this Article and to Article 34(2), operators and groups of operators shall not place products referred to in Article 2(1) on the market as organic products or in-conversion products unless they are already in possession of a certificate as referred to in paragraph 1 of this Article.

3. The certificate referred to in this Article shall be an official certificate within the meaning of point (a) of Article 86(1) of Regulation (EU) 2017/625.

4. An operator or a group of operators shall not be entitled to obtain a certificate from more than one control body in relation to activities carried out in the same Member State regarding the same category of products, including cases in which that operator or group of operators operates at different stages of production, preparation and distribution.

5. Members of a group of operators shall not be entitled to obtain an individual certificate for any of the activities covered by the certification of the group of operators to which they belong.

6. Operators shall verify the certificates of those operators that are their suppliers.

7. For the purposes of paragraphs 1 and 4 of this Article, products shall be classified in accordance with the following categories:

- (a) unprocessed plants and plant products, including seeds and other plant reproductive material;
- (b) livestock and unprocessed livestock products;
- (c) algae and unprocessed aquaculture products;
- (d) processed agricultural products, including aquaculture products, for use as food;
- (e) feed;
- (f) wine;
- (g) other products listed in Annex I to this Regulation or not covered by the previous categories.

*Article 36***Group of operators**

1. Each group of operators shall:

(a) only be composed of members who are farmers or operators that produce algae or aquaculture animals and who in addition may be engaged in processing, preparation or placing on the market of food or feed;

(b) only be composed of members:

(i) of which the individual certification cost represents more than 2 % of each member's turnover or standard output of organic production and whose annual turnover of organic production is not more than EUR 25 000 or whose standard output of organic production is not more than EUR 15 000 per year; or

(ii) who have each holdings of maximum:

— five hectares,

— 0,5 hectares, in the case of greenhouses, or

— 15 hectares, exclusively in the case of permanent grassland;

(c) be established in a Member State or a third country;

(d) have legal personality;

(e) only be composed of members whose production activities or possible additional activities referred to in point (a) take place in geographical proximity to each other in the same Member State or in the same third country;

(f) set up a joint marketing system for the products produced by the group; and

(g) establish a system for internal controls comprising a documented set of control activities and procedures in accordance with which an identified person or body is responsible for verifying compliance with this Regulation of each member of the group.

The system for internal controls (ICS) shall comprise documented procedures on:

(i) the registration of the members of the group;

(ii) the internal inspections, which include the annual internal physical on-the-spot inspections of each member of the group, and any additional risk-based inspections, in any case scheduled by the ICS manager and conducted by ICS inspectors, whose roles are defined in point (h);

(iii) the approval of new members in an existing group or, where appropriate, the approval of new production units or new activities of existing members upon the approval by the ICS manager on the basis of the internal inspection report;

(iv) the training of the ICS inspectors, which is to take place at least annually and to be accompanied by an assessment of the knowledge acquired by the participants;

(v) the training of members of the group on the ICS procedures and the requirements of this Regulation;

(vi) the control of documents and records;

(vii) the measures in cases of non-compliance detected during the internal inspections, including their follow-up;

(viii) the internal traceability, which shows the origin of the products delivered in the joint marketing system of the group and allows the tracing of all products of all members throughout all stages, such as production, processing, preparation or placing on the market, including estimating and cross-checking the yields of each member of the group;

(h) appoint an ICS manager and one or more ICS inspectors who may be a member of the group. Their positions shall not be combined. The number of ICS inspectors shall be adequate and proportional in particular to the type, structure, size, products, activities and output of organic production of the group. The ICS inspectors shall be competent with regard to the products and activities of the group.

The ICS manager shall:

- (i) verify the eligibility of each member of the group regarding the criteria set out in points (a), (b) and (e);
- (ii) ensure that there is a written and signed membership agreement between each member and the group, by which the members commit themselves to:
 - comply with this Regulation,
 - participate in the ICS and comply with the ICS procedures, including the tasks and responsibilities assigned to them by the ICS manager and the obligation for records keeping,
 - permit access to production units and premises and be present during the internal inspections carried out by the ICS inspectors and official controls carried out by the competent authority or, where appropriate, the control authority or control body, make available to them all documents and records and countersign the inspection reports,
 - accept and implement the measures in cases of non-compliances in accordance with the decision of the ICS manager or the competent authority or, where appropriate, the control authority or control body, within the given time-frame,
 - immediately inform the ICS manager on suspected non-compliance;
- (iii) develop the ICS procedures and the relevant documents and records, keep them up to date and make them readily available to the ICS inspectors, and where relevant, to the members of the group;
- (iv) draw up the list of the members of the group and keep it up to date;
- (v) assign tasks and responsibilities to the ICS inspectors;
- (vi) be the liaison between the members of the group and the competent authority or, where appropriate, the control authority or control body, including requests for derogations;
- (vii) verify annually the conflict of interest statements of the ICS inspectors;
- (viii) schedule internal inspections and ensure their adequate implementation in accordance with the ICS manager's schedule referred to in point (ii) of the second paragraph of point (g);
- (ix) ensure adequate trainings for the ICS inspectors and carry out an annual assessment of ICS inspectors' competences and qualifications;
- (x) approve new members or new production units or new activities of existing members;
- (xi) decide on measures in case of non-compliance in line with the ICS measures established by documented procedures in accordance with point g and ensure the follow-up of those measures;
- (xii) decide to subcontract activities, including the subcontracting of the tasks of ICS inspectors, and sign relevant agreements or contracts.

The ICS inspector shall:

- (i) carry out internal inspections of the members of the group according to the schedule and the procedures provided by the ICS manager;
- (ii) draft internal inspection reports on the basis of a template and submit it within a reasonable time to the ICS manager;
- (iii) submit at appointment a written and signed statement on conflict of interest and update it annually;
- (iv) participate in trainings.

2. Competent authorities, or, where appropriate, control authorities or control bodies, shall withdraw the certificate referred to in Article 35 for the whole group where deficiencies in the set-up or functioning of the system for internal controls referred to in paragraph 1, in particular as regards failures to detect or address non-compliance by individual members of the group of operators, affect the integrity of organic and in-conversion products.

At least the following situations shall be considered as deficiencies in the ICS:

- (a) producing, processing, preparing or placing on the market of products from suspended/withdrawn members or production units;
- (b) placing on the market of products for which the ICS manager has prohibited the use of reference to organic production in their labelling or advertising;
- (c) adding new members to the list of members or changing the activities of existing members without following the internal approval procedure;
- (d) not carrying out the annual physical on-the-spot inspection of a member of the group in a given year;
- (e) failing to indicate the members which have been suspended or withdrawn in the list of members;
- (f) serious deviations in findings between internal inspections carried out by the ICS inspectors and official controls carried out by the competent authority or, where appropriate, the control authority or control body;
- (g) serious deficiencies in imposing appropriate measures or carrying out the necessary follow-up in response to non-compliance identified by the ICS inspectors or by the competent authority or, where appropriate, the control authority or control body;
- (h) inadequate number of ICS inspectors or inadequate competences of ICS inspectors for the type, structure, size, products, activities and output of organic production of the group.

Article 39

Additional rules on actions to be taken by the operators and groups of operators

1. In addition to the obligations laid down in Article 15 of Regulation (EU) 2017/625, operators and groups of operators shall:

- (a) keep records to demonstrate their compliance with this Regulation;
- (b) make all declarations and other communications that are necessary for official controls;
- (c) take relevant practical measures to ensure compliance with this Regulation;
- (d) provide, in form of a declaration to be signed and updated as necessary:
 - (i) the full description of the organic or in-conversion production unit and of the activities to be performed in accordance with this Regulation;
 - (ii) the relevant practical measures to be taken to ensure compliance with this Regulation;
 - (iii) an undertaking:
 - to inform in writing and without undue delay buyers of the products and to exchange relevant information with the competent authority, or, where appropriate, with the control authority or control body, in the event that a suspicion of non-compliance has been substantiated, that a suspicion of non-compliance cannot be eliminated, or that non-compliance that affects the integrity of the products in question has been established,
 - to accept the transfer of the control file in the case of change of control authority or control body or, in the case of withdrawal from organic production, the keeping of the control file for at least five years by the last control authority or control body,
 - to immediately inform the competent authority or the authority or body designated in accordance with Article 34(4) in the event of withdrawal from organic production, and
 - to accept the exchange of information among those authorities or bodies in the event that subcontractors are subject to controls by different control authorities or control bodies.

*Article 45***Import of organic and in-conversion products**

1. A product may be imported from a third country for the purpose of placing that product on the market within the Union as an organic product or as an in-conversion product, provided that the following three conditions are met:

(a) the product is a product as referred to in Article 2(1);

(b) one of the following applies:

(i) the product complies with Chapters II, III and IV of this Regulation, and all operators and groups of operators referred to in Article 36, including exporters in the third country concerned, have been subject to controls by control authorities or control bodies recognised in accordance with Article 46, and those authorities or bodies have provided all such operators, groups of operators and exporters with a certificate confirming that they comply with this Regulation;

(ii) in cases where the product comes from a third country which is recognised in accordance with Article 47, that product complies with the conditions laid down in the relevant trade agreement; or

(iii) in cases where the product comes from a third country which is recognised in accordance with Article 48, that product complies with the equivalent production and control rules of that third country and is imported with a certificate of inspection confirming this compliance that was issued by the competent authorities, control authorities or control bodies of that third country; and

(c) the operators in third countries are able at any time to provide the importers and the national authorities in the Union and in those third countries with information allowing the identification of the operators that are their suppliers and the control authorities or control bodies of those suppliers, with a view to ensuring the traceability of the organic or in-conversion product concerned. That information shall also be made available to the control authorities or control bodies of the importers.

*ANNEX I***OTHER PRODUCTS REFERRED TO IN ARTICLE 2(1)**

- Yeasts used as food or feed,
- maté, sweetcorn, vine leaves, palm hearts, hop shoots, and other similar edible parts of plants and products produced therefrom,
- sea salt and other salts for food and feed,
- silkworm cocoon suitable for reeling,
- natural gums and resins,
- beeswax,
- essential oils,
- cork stoppers of natural cork, not agglomerated, and without any binding substances,
- cotton, not carded or combed,
- wool, not carded or combed,
- raw hides and untreated skins,
- plant-based traditional herbal preparations.

ANNEX II

DETAILED PRODUCTION RULES REFERRED TO IN CHAPTER III

Part I: Plant production rules

In addition to the production rules laid down in Articles 9 to 12, the rules set out in this Part shall apply to organic plant production.

1. General requirements

1.1. Organic crops, except those which are naturally grown in water, shall be produced in living soil, or in living soil mixed or fertilised with materials and products allowed in organic production, in connection with the subsoil and bedrock.

1.2. Hydroponic production, which is a method of growing plants which do not naturally grow in water with their roots in a nutrient solution only or in an inert medium to which a nutrient solution is added, is prohibited.

1.3. By way of derogation from point 1.1, the following shall be allowed:

(a) the production of sprouted seeds, which include sprouts, shoots and cress, solely living on the nutritional reserves available in the seeds, by moistening them in clear water, provided that the seeds are organic. The use of growing medium shall be prohibited, except the use of an inert medium intended solely to keep the seeds moist when the components of that inert medium are authorised in compliance with Article 24;

(b) the obtaining of chicory heads, including by dipping them in clear water, provided that the plant reproductive material is organic. The use of a growing medium shall be allowed only when its components are authorised in compliance with Article 24.

1.4. By way of derogation from point 1.1, the following practices shall be allowed:

(a) growing plants for the production of ornamentals and herbs in pots to be sold together with the pot to the final consumer;

(b) growing seedlings or transplants in containers for further transplanting.

1.5. By way of derogation from point 1.1, growing crops in demarcated beds shall only be allowed for the surfaces that have been certified as organic for that practice before 28 June 2017 in Finland, Sweden and Denmark. No extension of those surfaces shall be permitted.

That derogation shall expire on 31 December 2031.

By 31 December 2026, the Commission shall present a report to the European Parliament and the Council on the use of demarcated beds in organic agriculture. That report may be accompanied, where appropriate, by a legislative proposal on the use of demarcated beds in organic agriculture.

1.6. All plant production techniques used shall prevent or minimise any contribution to the contamination of the environment.

1.7. Conversion

1.7.1. For plants and plant products to be considered as organic products, the production rules laid down in this Regulation shall have been applied with respect to the parcels during a conversion period of at least two years before sowing, or, in the case of grassland or perennial forage, during a period of at least two years before its use as organic feed, or, in the case of perennial crops other than forage, during a period of at least three years before the first harvest of organic products.

1.7.2. Where the land or one or more parcels thereof have been contaminated with products or substances not authorised for use in organic production, the competent authority may decide to extend the conversion period for the land or parcels concerned beyond the period referred to in point 1.7.1.

1.7.3. In the case of treatment with a product or a substance not authorised for use in organic production, the competent authority shall require a new conversion period in accordance with point 1.7.1.

That period may be shortened in the following two cases:

(a) treatment with a product or a substance not authorised for use in organic production as part of a compulsory control measure for pests or weeds, including quarantine organisms or invasive species, imposed by the competent authority of the Member State concerned;

(b) treatment with a product or a substance not authorised for use in organic production as part of scientific tests approved by the competent authority of the Member State concerned.

1.7.4. In the cases referred to in points 1.7.2 and 1.7.3, the length of the conversion period shall be fixed taking into account the following requirements:

(a) the process of degradation of the product or substance concerned must guarantee, at the end of the conversion period, an insignificant level of residues in the soil and, in the case of a perennial crop, in the plant;

(b) the harvest following the treatment may not be placed on the market as organic or in-conversion products.

1.7.4.1. Member States shall inform the Commission and the other Member States of any decision taken by them which lays down compulsory measures related to treatment with a product or a substance not authorised for use in organic production.

1.7.4.2. In the case of treatment with a product or a substance which is not authorised for use in organic production, point 1.7.5(b) shall not apply.

1.7.5. In the case of land associated with organic livestock production:

(a) the conversion rules shall apply to the whole area of the production unit on which animal feed is produced;

(b) notwithstanding point (a), the conversion period may be reduced to one year for pasturages and open air areas used by non-herbivore species.

1.8. Origin of plants including plant reproductive material

1.8.1. For the production of plants and plant products other than plant reproductive material, only organic plant reproductive material shall be used.

1.8.2. To obtain organic plant reproductive material to be used for the production of products other than plant reproductive material, the mother plant and, where relevant, other plants intended for plant reproductive material production shall have been produced in accordance with this Regulation for at least one generation, or, in the case of perennial crops, for at least one generation during two growing seasons.

1.8.3. When choosing organic plant reproductive material, operators shall give preference to organic plant reproductive material suitable for organic agriculture.

1.8.4. For the production of organic varieties suitable for organic production, the organic breeding activities shall be conducted under organic conditions and shall focus on enhancement of genetic diversity, reliance on natural reproductive ability, as well as agronomic performance, disease resistance and adaptation to diverse local soil and climate conditions.

All multiplication practices except meristem culture shall be carried out under certified organic management.

1.8.5. Use of in-conversion and non-organic plant reproductive material.

1.8.5.1. By way of derogation from point 1.8.1, where the data collected in the database referred to in Article 26(1) or the systems referred to in Article 26(2) show that the qualitative or quantitative needs of the operator regarding relevant organic plant reproductive material are not met, the operator may use in-conversion plant reproductive material in accordance with Article 10(4), second subparagraph, point (a), or plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6.

In addition, in case of a lack of availability of organic seedlings, 'in-conversion seedlings', marketed in compliance with Article 10(4), second subparagraph, point (a), may be used when grown as follows:

(a) through a cultivation cycle from seeds to final seedling lasting at least 12 months on a land parcel that, during that same period, has completed a conversion period of at least 12 months; or

(b) on an organic or in-conversion land parcel or in containers if covered by the derogation referred to in point 1.4, provided that the seedlings have originated from in-conversion seeds, harvested from a plant grown on a land parcel that has completed a conversion period of at least 12 months.

Where organic or in-conversion plant reproductive material or plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6 is not available in sufficient quality or quantity to fulfil the operator's needs, competent authorities may authorise the use of non-organic plant reproductive material subject to points 1.8.5.3 to 1.8.5.8.

Such individual authorisation shall be issued only in one of the following situations:

(a) where no variety of the species that the operator wants to obtain is registered in the database referred to in Article 26(1) or the systems referred to in Article 26(2);

(b) where no operator who markets plant reproductive material, is able to deliver the relevant organic or in-conversion plant reproductive material or plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6 in time for sowing or planting in situations where the user has ordered the plant reproductive material in reasonable time to allow the preparation and supply of organic or in-conversion plant reproductive material or of plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6;

(c) where the variety that the operator wants to obtain is not registered as organic or in-conversion plant reproductive material or as plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6 in the database referred to in Article 26(1) or the systems referred to Article 26(2) and the operator is able to demonstrate that none of the registered alternatives of the same species are appropriate in particular to the agronomic and pedo-climatic conditions and necessary technological properties for the production to be obtained;

(d) where it is justified for use in research, test in small-scale field trials, for variety conservation purposes or for product innovation and agreed by the competent authorities of the Member State concerned.

Prior to requesting any such authorisation, operators shall consult the database referred to in Article 26(1) or the systems referred to in Article 26(2) in order to verify whether relevant organic or in-conversion plant reproductive material or plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6 is available and thus whether their request is justified.

When in compliance with Article 6 (i) operators may use both organic and in-conversion plant reproductive material obtained from their own holding, irrespective of the qualitative and quantitative availability according to the database referred to in Article 26(1) or the system referred to in point (a) of Article 26(2).

1.8.5.2. By way of derogation from point 1.8.1, operators in third countries may use in-conversion plant reproductive material in accordance with Article 10(4), second subparagraph, point (a), or plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6 when organic plant reproductive material is justified to be not available in sufficient quality or quantity in the territory of the third country in which the operator is located.

Without prejudice to relevant national rules, operators in third countries may use both organic and in-conversion plant reproductive material obtained from their own holding.

Control authorities or control bodies recognised in accordance with Article 46(1) may authorise operators in third countries to use non-organic plant reproductive material in an organic production unit, when organic or in-conversion plant reproductive material or plant reproductive material authorised in accordance with point 1.8.6 is not available in sufficient quality or quantity in the territory of the third country in which the operator is located, under the conditions laid down in points 1.8.5.3, 1.8.5.4, 1.8.5.5 and 1.8.5.8.

1.8.5.3. Non-organic plant reproductive material shall not be treated after harvest with plant protection products other than those authorised for the treatment of plant reproductive material in accordance with Article 24(1) of this Regulation, unless chemical treatment has been prescribed in accordance with Regulation (EU) 2016/2031 for phytosanitary purposes by the competent authorities of the Member State concerned for all varieties and heterogeneous material of a given species in the area in which the plant reproductive material is to be used.

Where the non-organic plant reproductive material treated with the prescribed chemical treatment referred to in the first paragraph is used, the parcel on which the treated plant reproductive material is growing shall be subject, where appropriate, to a conversion period as provided in points 1.7.3 and 1.7.4.

1.8.5.4. The authorisation to use non-organic plant reproductive material shall be obtained before the sowing or planting of the crop.

1.8.5.5. The authorisation to use non-organic plant reproductive material shall be granted to individual users for one season at a time, and the competent authorities, control authority or body responsible for authorisations shall list the quantities of the authorised plant reproductive material.

1.8.5.6. The competent authorities of the Member States shall create an official list of species, subspecies or varieties (grouped if applicable) for which it is established that organic or in-conversion plant reproductive material is available in sufficient quantities and for the appropriate varieties in their territory. No authorisations shall be issued for the species, subspecies or varieties included in that list in the territory of the Member State concerned pursuant to point 1.8.5.1 unless these are justified by one of the purposes referred to in point 1.8.5.1(d). If the quantity or quality of organic or in-conversion plant reproductive material available for a species, subspecies or variety on the list turns out to be insufficient or inappropriate, due to exceptional circumstances, the competent authorities of the Member States may remove a species, subspecies or variety from the list.

The competent authorities of the Member States shall keep their list updated on an annual basis and shall make that list publicly available.

By 30 June each year and for the first time by 30 June 2022, the competent authorities of the Member States shall transmit to the Commission and to the other Member States the link to the internet website where the updated list is made publicly available. The Commission shall publish the links to the national updated lists on a dedicated website.

1.8.5.7. By way of derogation from point 1.8.5.5, the competent authorities of the Member States may annually grant a general authorisation to all operators concerned for the use of:

- (a) a given species or subspecies when and in so far as no variety is registered in the database referred to in Article 26(1) or the system referred to in point (a) of Article 26(2);
- (b) for a given variety when and in so far as the conditions laid down in point 1.8.5.1(c) are fulfilled.

When using a general authorisation, operators shall keep records of the quantity used and competent authority responsible for authorisations shall list the quantities of authorised non-organic plant reproductive material.

The competent authorities of the Member States shall keep the list of species, subspecies or varieties for which a general authorisation is issued updated on an annual basis and shall make that list publicly available.

By 30 June each year and for the first time by 30 June 2022, the competent authorities of the Member States shall transmit to the Commission and to the other Member States the link to the internet website where the updated list is made publicly available. The Commission shall publish the links to the national updated lists on a dedicated website.

1.8.5.8. Competent authorities shall not authorise the use of non-organic seedlings in the case of seedlings of species that have a cultivation cycle completed in one growing season, from the transplantation of the seedling to the first harvest of product.

1.8.6. Competent authorities or, where appropriate, control authorities or control bodies recognised in accordance with Article 46(1) may authorise operators producing plant reproductive material for use in organic production to use non-organic plant reproductive material, when mother plants or, where relevant, other plants intended for the production of plant reproductive material and produced in compliance with point 1.8.2 are not available in sufficient quantity or quality, and to place such material on the market for use in organic production provided that the following conditions are met:

(a) the non-organic plant reproductive material used has not been treated after harvest with plant protection products other than those authorised in accordance with Article 24(1) of this Regulation, unless chemical treatment has been prescribed in accordance with Regulation (EU) 2016/2031 for phytosanitary purposes by the competent authorities of the Member State concerned for all varieties and heterogeneous material of a given species in the area in which the plant reproductive material is to be used. Where non-organic plant reproductive material treated with such prescribed chemical treatment is used, the land parcel on which the treated plant reproductive material is growing shall be subject, where appropriate, to a conversion period as provided in points 1.7.3 and 1.7.4;

(b) the non-organic plant reproductive material used is not a seedling of species that have a cultivation cycle completed in one growing season, from the transplantation of the seedling to the first harvest of product;

(c) the plant reproductive material is grown in compliance with all other relevant organic plant production requirements;

(d) the authorisation to use non-organic plant reproductive material shall be obtained before that material is sown or planted;

(e) the competent authority, control authority or control body responsible for the authorisation shall grant the authorisation only to individual users and for one season at a time,

and shall list the quantities of the authorised plant reproductive material;

(f) by way of derogation from point (e), the competent authorities of the Member States may annually grant a general authorisation for the use of a given species or subspecies or variety of non-organic plant reproductive material and make the list of species, subspecies or varieties publicly available and keep it updated on an annual basis. In that case, those competent authorities shall list the quantities of authorised non-organic plant reproductive material;

(g) the authorisations granted in accordance with this paragraph shall expire on 31 December 2036.

By 30 June of each year, and for the first time by 30 June 2023, the competent authorities of the Member States shall notify the Commission and the other Member States of the information on the authorisations granted in accordance with the first paragraph.

Operators who produce and market the plant reproductive material produced in accordance with the first paragraph shall be allowed to make public, on a voluntary basis, the relevant specific information on the availability of such plant reproductive material in the national systems established in accordance with Article 26(2). Operators that opt to include such information shall ensure that the information is updated regularly, and is withdrawn from the national systems once the plant reproductive material is no longer available. When relying on the general authorisation referred to in point (f), operators shall keep records of the quantity used.

1.9. Soil management and fertilisation

1.9.1. In organic plant production, tillage and cultivation practices shall be used that maintain or increase soil organic matter, enhance soil stability and soil biodiversity, and prevent soil compaction and soil erosion.

1.9.2. The fertility and biological activity of the soil shall be maintained and increased:

(a) except in the case of grassland or perennial forage, by the use of multiannual crop rotation including mandatory leguminous crops as the main or cover crop for rotating crops and other green manure crops;

(b) in the case of greenhouses or perennial crops other than forage, by the use of short-term green manure crops and legumes as well as the use of plant diversity; and

(c) in all cases, by the application of livestock manure or organic matter, both preferably composted, from organic production.

1.9.3. Where the nutritional needs of plants cannot be met by the measures provided for in points 1.9.1 and 1.9.2, only fertilisers and soil conditioners that have been authorised pursuant to Article 24 for use in organic production shall be used, and only to the extent necessary. Operators shall keep records of the use of those products, including the date or dates on which each product was used, the name of the product, the amount applied and the crop and parcels concerned.

1.9.4. The total amount of livestock manure, as defined in Directive 91/676/EEC, used in the in-conversion and organic production units shall not exceed 170 kg of nitrogen per year/hectare of agricultural area used. That limit shall only apply to the use of farmyard manure, dried farmyard manure and dehydrated poultry manure, composted animal excrement, including poultry manure, composted farmyard manure and liquid animal excrement.

1.9.5. Operators of agricultural holdings may establish written cooperation agreements exclusively with operators of other agricultural holdings and undertakings which comply with the organic production rules, for the purpose of spreading surplus manure from organic production units. The maximum limit referred to in point 1.9.4 shall be calculated on the basis of all of the organic production units involved in such cooperation.

1.9.6. Preparations of micro-organisms may be used to improve the overall condition of the soil or to improve the availability of nutrients in the soil or in the crops.

1.9.7. For compost activation, appropriate plant-based preparations and preparations of micro-organisms may be used.

1.9.8. Mineral nitrogen fertilisers shall not be used.

1.9.9. Biodynamic preparations may be used.

1.10. Pest and weed management

1.10.1. The prevention of damage caused by pests and weeds shall rely primarily on the protection by:

- natural enemies,
- the choice of species, varieties and heterogeneous material,
- crop rotation,
- cultivation techniques such as biofumigation, mechanical and physical methods, and
- thermal processes such as solarisation and, in the case of protected crops, shallow steam treatment of the soil (to a maximum depth of 10 cm).

1.10.2. Where plants cannot adequately be protected from pests by measures provided for in point 1.10.1 or in the case of an established threat to a crop, only products and substances authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production shall be used, and only to the extent necessary. Operators shall keep records proving the need for the use of such products, including the date or dates on which each product was used, the name of the product, its active substances, the amount applied, the crop and parcels concerned, and the pest or disease to be controlled.

1.10.3. In relation to products and substances used in traps or in dispensers of products and substances other than pheromones, the traps or dispensers shall prevent the products and substances from being released into the environment and shall prevent contact between the products and substances and the crops being cultivated. All traps, including pheromone traps, shall be collected after use and shall be safely disposed of.

1.11. Products used for cleaning and disinfection

Only those products for cleaning and disinfection in plant production authorised pursuant to Article 24 for use in organic production shall be used for that purpose. Operators shall keep records of the use of those products including the date or dates on which each product was used, the name of the product, its active substances, and the location of such use.

1.12. Record-keeping obligation

Operators shall keep records regarding the parcels concerned and the amount of the harvest. In particular, operators shall keep records of any other external input used on each parcel and, where applicable, keep available documentary evidence on any derogation from production rules obtained in accordance with point 1.8.5.

1.13. Preparation of unprocessed products

If preparation operations other than processing are carried out on plants, the general requirements laid down in points 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 and 2.2.3 of Part IV shall apply *mutatis mutandis* to such operations.

2. Detailed rules for specific plants and plant products

2.1. Rules on mushroom production

For the production of mushrooms, substrates may be used if they are composed only of the following components:

(a) farmyard manure and animal excrement:

(i) either from organic production units or from in-conversion units in their second year of conversion; or

(ii) referred to in point 1.9.3, only when the product referred to in point (i) is not available, provided that that farmyard manure and animal excrement do not exceed 25 % of the weight of total components of the substrate, excluding the covering material and any added water, before composting;

(b) products of agricultural origin, other than those referred to in point (a), from organic production units;

(c) peat, not treated with chemical products;

(d) wood, not treated with chemical products after felling;

(e) mineral products referred to in point 1.9.3, water and soil.

2.2. Rules concerning the collection of wild plants

The collection of wild plants and parts thereof growing naturally in natural areas, forests and agricultural areas is considered as organic production, provided that:

(a) for a period of at least three years before the collection, those areas were not treated with products or substances other than those authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production;

(b) the collection does not affect the stability of the natural habitat or the maintenance of the species in the collection area.

Operators shall keep records of the period and location of the collection, the species concerned and the quantity of wild plants collected.

*ANNEX III***COLLECTION, PACKAGING, TRANSPORT AND STORAGE OF PRODUCTS****1. Collection of products and transport to preparation units**

Operators may carry out the simultaneous collection of organic, in-conversion and non-organic products only where appropriate measures have been taken to prevent any possible mixture or exchange between organic, in-conversion and non-organic products and to ensure the identification of the organic and in-conversion products. The operator shall keep the information relating to collection days, hours, the circuit and date and time of the reception of the products available to the control authority or control body.

2. Packaging and transport of products to other operators or units**2.1. Information to be provided**

2.1.1. Operators shall ensure that organic products and in-conversion products are transported to other operators or units, including wholesalers and retailers, only in appropriate packaging, containers or vehicles closed in such a manner that alteration, including substitution, of the content cannot be achieved without manipulation or damage of the seal and provided with a label stating, without prejudice to any other indications required by Union law:

- (a) the name and address of the operator and, where different, of the owner or seller of the product;
- (b) the name of the product;
- (c) the name or the code number of the control authority or control body to which the operator is subject; and
- (d) where relevant, the lot identification mark in accordance with a marking system either approved at national level or agreed with the control authority or control body and which permits the linking of the lot with the records referred to in Article 34(5).

2.1.2. Operators shall ensure that compound feed authorised in organic production transported to other operators or holdings, including wholesalers and retailers, are provided with a label stating, in addition to any other indications required by Union law:

- (a) the information provided in point 2.1.1;
- (b) where relevant, by weight of dry matter:
 - (i) the total percentage of organic feed materials;
 - (ii) the total percentage of in-conversion feed materials;
 - (iii) the total percentage of feed materials not covered by points (i) and (ii);
 - (iv) the total percentage of feed of agricultural origin;
- (c) where relevant, the names of organic feed materials;
- (d) where relevant, the names of in-conversion feed materials; and
- (e) for compound feed that cannot be labelled in accordance with Article 30(6), the indication that such feed may be used in organic production in accordance with this Regulation.

2.1.3. Without prejudice to Directive 66/401/EEC, operators shall ensure that on the label of the packaging of a mixture of fodder plant seeds containing organic and in-conversion or non-organic seeds of certain different plant species for which an authorisation has been issued under the relevant conditions laid down in point 1.8.5 of Part I of Annex II to this

Regulation, information is provided on the exact components of the mixture, shown by percentage by weight of each component species, and where appropriate varieties.

In addition to the relevant requirements under Annex IV to Directive 66/401/EEC, that information shall include besides the indications required in the first paragraph of this point also the list of the component species of the mixture that are labelled as organic or in-conversion. The minimum total percentage by weight of organic and in-conversion seeds in the mixture shall be at least 70 %.

In case the mixture contains non-organic seeds, the label shall also include the following statement: 'The use of the mixture is only allowed within the scope of the authorisation and in the territory of the Member State of the competent authority which authorised the use of this mixture in conformity with point 1.8.5 of Annex II to Regulation (EU) 2018/848 on organic production and labelling of organic products.'

The information referred to in points 2.1.1 and 2.1.2 may be presented solely on an accompanying document, if such a document can be undeniably linked with the packaging, container or vehicular transport of the product. This accompanying document shall include information on the supplier or the transporter.

2.2. The closing of packaging, containers or vehicles shall not be required where:

- (a) the transport takes place directly between two operators, both of which are subject to the organic control system;
- (b) the transport includes only organic or only in-conversion products;
- (c) the products are accompanied by a document giving the information required under point 2.1; and
- (d) both the expediting and the receiving operators keep documentary records of such transport operations available for the control authority or control body.

3. Special rules for transporting feed to other production or preparation units or storage premises

When transporting feed to other production or preparation units or storage premises, operators shall ensure that the following conditions are met:

- (a) during transport, organically produced feed, in-conversion feed, and non-organic feed are effectively physically separated;
- (b) vehicles or containers which have transported non-organic products are only used to transport organic or in-conversion products if:
 - (i) suitable cleaning measures, the effectiveness of which has been checked, have been carried out before commencing the transport of organic or in-conversion products and the operators keep records of those operations;
 - (ii) all appropriate measures are implemented, depending on the risks evaluated in accordance with control arrangements, and where necessary, operators guarantee that non-organic products cannot be placed on the market with an indication referring to organic production;
 - (iii) the operator keeps documentary records of such transport operations available for the control authority or control body;
- (c) the transport of finished organic or in-conversion feed is separated physically or in time from the transport of other finished products;
- (d) during transport, the quantity of products at the start and each individual quantity delivered in the course of a delivery round is recorded.

5. Reception of products from other operators or units

On receipt of an organic or in-conversion product, the operator shall check the closing of the packaging, container or vehicle where it is required and the presence of the indications provided for in Section 2.

The operator shall cross-check the information on the label referred to in Section 2 with the information on the accompanying documents. The result of those verifications shall be explicitly mentioned in the records referred to in Article 34(5).

7. Storage of products

7.1. Areas for the storage of products shall be managed in such a way as to ensure identification of lots and to avoid any mixing or contamination with products or substances not in compliance with the organic production rules. Organic and in-conversion products shall be clearly identifiable at all times.

7.2. No input products or substances other than those authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production shall be stored in organic or in-conversion plant and livestock production units.

7.3. Allopathic veterinary medicinal products, including antibiotics, may be stored in agricultural and aquaculture holdings provided that they have been prescribed by a veterinarian in connection with the treatment referred to in points 1.5.2.2 of Part II and 3.1.4.2(a) of Part III of Annex II, that they are stored in a supervised location and that they are entered in the records referred to in Article 34(5).

7.4. Where operators handle organic, or in-conversion or non-organic products in any combination and the organic or in-conversion products are stored in storage facilities in which also other agricultural products or foodstuffs are stored:

- (a) the organic or in-conversion products shall be kept separate from the other agricultural products or foodstuffs;
- (b) every measure shall be taken to ensure identification of consignments and to avoid mixtures or exchanges between organic, in-conversion and non-organic products;
- (c) suitable cleaning measures, the effectiveness of which has been checked, shall have been carried out before the storage of organic or in-conversion products and the operators shall keep records of those operations.

7.5. Only the products for cleaning and disinfection authorised pursuant to Article 24 for use in organic production shall be used in storage facilities for that purpose.

This text is meant purely as a documentation tool and has no legal effect. The Union's institutions do not assume any liability for its contents. The authentic versions of the relevant acts, including their preambles, are those published in the Official Journal of the European Union and available in EUR-Lex. Those official texts are directly accessible through the links embedded in this document

COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2021/1165

of 15 July 2021

authorising certain products and substances for use in organic production and establishing their lists

(ABSTRACT from consolidated version 2023-02-07)

ANNEX I

Active substances contained in plant protection products authorised for use in organic production as referred to in point (a) of Article 24(1) of Regulation (EU) 2018/848

The active substances listed in this Annex may be contained in plant protection products used in organic production as set out in this Annex, provided that these plant protection products are authorised pursuant to Regulation (EC) No 1107/2009. These plant protection products shall be used in compliance with the conditions set out in the Annex to Implementing Regulation (EU) No 540/2011 and in accordance with the conditions specified in the authorisations granted by the Member States where they are used. More restrictive conditions for use in organic production are specified in the last column of each table below.

In accordance with Article 9(3) of Regulation (EU) 2018/848, safeners, synergists and co-formulants as components of plant protection products, and adjuvants that are to be mixed with plant protection products shall be allowed for use in organic production, provided that they are authorised pursuant to Regulation (EC) No 1107/2009. The substances in this Annex may only be used for the control of pests as defined in Article 3(24) of Regulation (EU) 2018/848.

In accordance with point 1.10.2 of Part I of Annex II to Regulation (EU) 2018/848, these substances may only be used where plants cannot be adequately protected from pests by measures provided for in point 1.10.1 of that Part I, in particular by the use of biological control agents, such as beneficial insects, mites and nematodes complying with the provisions of Regulation (EU) No 1143/2014 of the European Parliament and of the Council.

For the purposes of this Annex, active substances are divided into following subcategories:

1. Basic substances

Basic substances listed in Part C of the Annex to Implementing Regulation (EU) No 540/2011, from plant or animal origin and based on food as defined in Article 2 of Regulation (EC) No 178/2002 of the European Parliament and of the Council may be used for plant protection in organic production. Such basic substances are marked with an asterisk in the table below. They shall be used in accordance with the uses, conditions and restrictions set in the relevant review reports and taking into account the additional restrictions, if any, in the last column of the table below.

Other basic substances listed in Part C of the Annex to Implementing Regulation (EU) No 540/2011 may be used for plant protection in organic production only when they are listed in the table below. Such basic substances shall be used in accordance with the uses, conditions and restrictions set in the relevant review reports and taking into account the additional restrictions, if any, in the right column of the table below.

Basic substances shall not be used as herbicides.

Number and Part of Annex ⁽¹⁾	CAS	Name	Specific conditions and limits
1C		<i>Equisetum arvense</i> L.*	
2C	9012-76-4	Chitosan hydrochloride*	obtained from <i>Aspergillus</i> or organic aquaculture or from sustainable fisheries, as defined in Article 2 of Regulation (EU) No 1380/2013 of the European Parliament and of the Council
3C	57-50-1	Sucrose*	
4C	1305-62-0	Calcium Hydroxide	
5C	90132-02-8	Vinegar*	
6C	8002-43-5	Lecithins*	
7C	-	<i>Salix</i> spp. cortex*	
8C	57-48-7	Fructose*	
9C	144-55-8	Sodium hydrogen carbonate	
10C	92129-90-3	Whey*	
11C	7783-28-0	Diammonium phosphate	only in traps
12C	8001-21-6	Sunflower oil*	
14C	84012-40-8 90131-83-2	<i>Urtica</i> spp. (<i>Urtica dioica</i> extract) (<i>Urtica urens</i> extract)*	
15C	7722-84-1	Hydrogen peroxide	
16C	7647-14-5	Sodium chloride	
17C	8029-31-0	Beer*	
18C	-	Mustard seeds powder*	
19C	14807-96-6	Magnesium hydrogen metasilicate silicate mineral (Talc E553b)	food grade in conformity with Commission Regulation (EU) No 231/2012
20C	8002-72-0	Onion oil*	
21C	52-89-1	L-cysteine (E 920)	

22C	8049-98-7	Cow milk*	
23C	-	<i>Allium cepa</i> * L. bulb extract	
		Other basic substances from plant or animal origin and based on food*	

(1) Listing according to Implementing Regulation (EU) No 540/2011, numbers and which category: Part A active substances deemed to have been approved under Regulation (EC) No 1107/2009, B, active substances approved under Regulation (EC) No 1107/2009, C basic substances, D low-risk active substances and E candidates for substitution.

2. Low risk active substances

Low risk active substances, other than micro-organisms, listed in Part D of the Annex to Implementing Regulation (EU) No 540/2011 may be used for plant protection in organic production when they are listed in the table below or elsewhere in this Annex. Such low risk active substances shall be used in accordance with the uses, conditions and restrictions pursuant to Regulation (EC) No 1107/2009 and taking into account the additional restrictions, if any, in the last column of the table below.

Number and Part of Annex ⁽¹⁾	CAS	Name	Specific conditions and limits
2D		COS-OGA	
3D		Cerevisane and other products based on fragments of cells of micro-organisms	Not from GMO origin
5D	10045-86-6	Ferric phosphate (iron (III) orthophosphate)	
12D	9008-22-4	Laminarin	Kelp shall be obtained from organic aquaculture or collected in a sustainable way in accordance with point 2.4 of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/848
16D	CAS not allocated	ABE-IT 56 (components of lysate of <i>Saccharomyces cerevisiae</i> strain DDSF623)	not from GMO origin not produced by using growing media of GMO origin
20D	10058-44-3	Ferric pyrophosphate	
28D		Aqueous extract from the germinated seeds of sweet <i>Lupinus albus</i>	

(1) Listing according to Implementing Regulation (EU) No 540/2011, numbers and which category: Part A active substances deemed to have been approved under Regulation (EC) No 1107/2009, B, active substances approved under Regulation (EC) No 1107/2009, C basic substances, D low-risk active substances and E candidates for substitution.

3. Micro-organisms

All micro-organisms listed in Parts A, B and D of the Annex to Implementing Regulation (EU) No 540/2011 may be used in organic production, provided that they are not from GMO origin and only when used in accordance with the uses, conditions and restrictions set in the relevant review reports. Micro-organisms including viruses are biological control agents that are considered as active substances by Regulation (EC) No 1107/2009.

4. Active substances not included in any of the above categories

The active substances as approved pursuant to Regulation (EC) No 1107/2009 and listed in the table below may be used as plant protection products in organic production only when they are used in accordance with the uses, conditions and restrictions pursuant to Regulation (EC) No 1107/2009 and taking into account the additional restrictions, if any, in the right column of the table below.

Number and Part of Annex ⁽¹⁾	CAS	Name	Specific conditions and limits
139A	131929-60-7 131929-63-0	Spinosad	
225A	124-38-9	Carbon dioxide	
227A	74-85-1	Ethylene	only on bananas and potatoes; however, it may also be used on citrus as part of a strategy for the prevention of fruit fly damage
230A	i.a. 67701-09-1	Fatty acids	all uses authorised, except herbicide
231A	8008-99-9	Garlic extract (<i>Allium sativum</i>)	
234A	CAS No not allocated CIPAC No 901	Hydrolysed proteins excluding gelatine	
244A	298-14-6	Potassium hydrogen carbonate	
249A	98999-15-6	Repellents by smell of animal or plant origin/sheep fat	
255A e altri		Pheromones and other semiochemicals	only in traps and dispensers
220A	1332-58-7	Aluminium silicate (kaolin)	
236A	61790-53-2	Kieselgur (diatomaceous earth)	
247A	14808-60-7 7637-86-9	Quartz sand	
343A	11141-17-6 84696-25-3	Azadirachtin (Margosa extract)	extracted from Neem tree seeds (<i>Azadirachta indica</i>)
240A	8000-29-1	Citronella oil	all uses authorised, except herbicide
241A	84961-50-2	Clove oil	all uses authorised, except herbicide
242A	8002-13-9	Rape seed oil	all uses authorised, except herbicide
243A	8008-79-5	Spearmint oil	all uses authorised, except herbicide
56A	8028-48-6 5989-27-5	Orange oil	all uses authorised, except herbicide
228A	68647-73-4	Tea tree oil	all uses authorised, except herbicide
246A	8003-34-7	Pyrethrins extracted from plants	
292A	7704-34-9	Sulphur	

294A 205A	64742-46-7 72623-86-0 97862-82-3 8042-47-5	Paraffin oils	
345A	1344-81-6	Lime sulphur (calcium polysulphide)	
44B	9050-36-6	Maltodextrin	
45B	97-53-0	Eugenol	
46B	106-24-1	Geraniol	
47B	89-83-8	Thymol	
10E	20427-59-2	Copper hydroxide	in accordance with Implementing Regulation (EU) No 540/2011 only uses resulting in a total application of maximum 28 kg of copper per hectare over a period of 7 years may be authorised
10E	1332-65-6 1332-40-7	Copper oxychloride	
10E	1317-39-1	Copper oxide	
10E	8011-63-0	Bordeaux mixture	
10E	12527-76-3	Tribasic copper sulphate	
40A	52918-63-5	Deltamethrin	only in traps with specific attractants against <i>Bactrocera oleae</i> , <i>Ceratitis capitata</i> and <i>Rhagoletis completa</i>
5E	91465-08-6	Lambda-cyhalothrin	only in traps with specific attractants against <i>Bactrocera oleae</i> and <i>Ceratitis capitata</i>
(1) Listing according to Implementing Regulation (EU) No 540/2011, numbers and which category: Part A active substances deemed to have been approved under Regulation (EC) No 1107/2009, B, active substances approved under Regulation (EC) No 1107/2009, C basic substances, D low-risk active substances and E candidates for substitution.			

ANNEX II**Authorised fertilisers, soil conditioners and nutrients referred to in point (b) of Article 24(1) of Regulation (EU) 2018/848**

Fertilisers, soil conditioners and nutrients⁽¹⁾ listed in this Annex may be used in organic production, provided that they are compliant with

- the relevant Union and national legislations on fertilising products, in particular, where applicable, Regulation (EC) No 2003/2003 and Regulation (EU) 2019/1009; and
- Union legislation on animal by-products, in particular Regulation (EC) No 1069/2009 and Regulation (EU) No 142/2011, in particular Annexes V and XI.

In accordance with point 1.9.6 of Part I of Annex II to Regulation (EU) 2018/848, preparations of micro-organisms may be used to improve the overall condition of the soil or to improve the availability of nutrients in the soil or in the crops.

They may only be used according to the specifications and restrictions of use of those respective Union and national legislations. More restrictive conditions for use in organic production are specified in the right column of the tables.

⁽¹⁾ Covering in particular all the product function categories listed in Part I of Annex I to Regulation (EU) 2019/1009.

Name Compound products or products containing only materials listed hereunder	Description, specific conditions and limits
Farmyard manure	product comprising a mixture of animal excrements and vegetable matter (animal bedding and feed material) factory farming origin forbidden
Dried farmyard manure and dehydrated poultry manure	factory farming origin forbidden
Composted animal excrements, including poultry manure and composted farmyard manure included	factory farming origin forbidden
Liquid animal excrements	use after controlled fermentation and/or appropriate dilution factory farming origin forbidden
Composted or fermented mixture of household waste	product obtained from source separated household waste, which has been submitted to composting or to anaerobic fermentation for biogas production only vegetable and animal household waste only when produced in a closed and monitored collection system, accepted by the Member State maximum concentrations in mg/kg of dry matter: cadmium: 0,7; copper: 70; nickel: 25; lead: 45; zinc: 200; mercury: 0,4; chromium (total): 70; chromium (VI): not detectable
Peat	use limited to horticulture (market gardening, floriculture, arboriculture, nursery)
Mushroom culture wastes	the initial composition of the substrate shall be limited to products of this Annex
Dejecta of worms (vermicompost) and insect frass-substrate mixture	where relevant in accordance with Regulation (EC) No 1069/2009
Guano	
Composted or fermented mixture of vegetable matter	product obtained from mixtures of vegetable matter, which have been submitted to composting or to anaerobic fermentation for biogas production

Biogas digestate containing animal by-products co-digested with material of plant or animal origin as listed in this Annex	animal by-products (including by-products of wild animals) of category 3 and digestive tract content of category 2 (categories as defined in Regulation (EC) No 1069/2009) factory farming origin forbidden the processes have to be in accordance with Regulation (EU) No 142/2011 not to be applied to edible parts of the crop
Products or by-products of animal origin as below: Blood meal Hoof meal Horn meal Bone meal or degelatinised bone meal Fish meal Meat meal Feather, hair and skin meal ('chiquette') Wool Fur (1) Hair Dairy products Hydrolysed proteins (2)	(1) Maximum concentration in mg/kg of dry matter of chromium (VI): not detectable (2) Not to be applied to edible parts of the crop
Products and by-products of plant origin for fertilisers	e.g.: oilseed cake meal, cocoa husks, malt culms
Hydrolysed proteins of plant origin	
Algae and algae products	as far as directly obtained by: (i) physical processes including dehydration, freezing and grinding (ii) extraction with water or aqueous acid and/ or alkaline solution (iii) fermentation only from organic or collected in a sustainable way in accordance with point 2.4 of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/848
Sawdust and wood chips	wood not chemically treated after felling
Composted bark	wood not chemically treated after felling
Wood ash	from wood not chemically treated after felling

Soft ground rock phosphate	<p>product obtained by grinding soft mineral phosphates and containing tricalcium phosphate and calcium carbonate as essential ingredients</p> <p>minimum content of nutrients (percentage by weight): 25 % P_2O_5</p> <p>phosphorus expressed as P_2O_5 soluble in mineral acids, at least 55 % of the declared content of P_2O_5 being soluble in 2 % formic acid</p> <p>particle size: — at least 90 % by weight able to pass through a sieve with a mesh of 0,063 mm — at least 99 % by weight able to pass through a sieve with a mesh of 0,125 mm</p> <p>until 15 July 2022, cadmium content less than or equal to 90 mg/kg of P_2O_5; from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply</p>
Aluminium-calcium phosphate	<p>product obtained in amorphous form by heat treatment and grinding, containing aluminium and calcium phosphates as essential ingredients</p> <p>minimum content of nutrients (percentage by weight): 30 % P_2O_5</p> <p>phosphorus expressed as P_2O_5 soluble in mineral acids, at least 75 % of the declared content of P_2O_5 being soluble in alkaline ammonium citrate (Joulie)</p> <p>particle size: — at least 90 % by weight able to pass through a sieve with a mesh of 0,160 mm — at least 98 % by weight able to pass through a sieve with a mesh of 0,630 mm</p> <p>until 15 July 2022, cadmium content less than or equal to 90 mg/kg P_2O_5; from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply</p> <p>use limited to basic soils (pH > 7,5)</p>

Basic slag (Thomas phosphates or Thomas slag)	<p>product obtained in iron-smelting by treatment of the phosphorus melts and containing calcium silicophosphates as its essential ingredients</p> <p>minimum content of nutrients (percentage by weight): 12 % P_2O_5 phosphorus expressed as phosphorus pentoxide soluble in mineral acids, at least 75 % of the declared content of phosphorus pentoxide being soluble in 2 % citric acid</p> <p>or</p> <p>10 % P_2O_5 phosphorus expressed as phosphorus pentoxide soluble in 2 % citric acid</p> <p>particle size: — at least 75 % able to pass through a sieve with a mesh of 0,160 mm — at least 96 % able to pass through a sieve with a mesh of 0,630 mm</p> <p>from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply</p>
Crude potassium salt	<p>product obtained from crude potassium salts</p> <p>minimum content of nutrients (percentage by weight): 9 % K_2O potassium expressed as water- soluble K_2O 2 % MgO magnesium in the form of water- soluble salts, expressed as magnesium oxide</p> <p>from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply</p>
Potassium sulphate, possibly containing magnesium salt	product obtained from crude potassium salt by a physical extraction process, containing possibly also magnesium salts
Stillage and stillage extract	ammonium stillage excluded
Calcium carbonate, for instance: chalk, marl, ground limestone, Breton ameliorant (maerl), phosphate chalk	only of natural origin
Mollusc waste	only from organic aquaculture or from sustainable fisheries, in accordance with Article 2 of Regulation (EU) No 1380/2013
Egg shells	factory farming origin forbidden
Magnesium and calcium carbonate	<p>only of natural origin</p> <p>e.g. magnesian chalk, ground magnesium, limestone</p>
Magnesium sulphate (kieserite)	only of natural origin
Calcium chloride solution	only for foliar treatment of apple trees, to prevent deficit of calcium
Calcium sulphate (gypsum)	<p>product of natural origin containing calcium sulphate at various degrees of hydration</p> <p>minimum content of nutrients (percentage per weight): 25 % CaO 35 % SO_3 calcium and sulphur expressed as total $CaO + SO_3$</p> <p>fineness of grind: — at least 80 % to pass through a sieve with a 2 mm mesh width, — at least 99 % to pass through a sieve with a 10 mm mesh width</p> <p>from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply</p>

Industrial lime from sugar production	by-product of sugar production from sugar beet and sugar cane
Industrial lime from vacuum salt production	by-product of the vacuum salt production from brine found in mountains
Elemental sulphur	until 15 July 2022: as listed in accordance with Part D of Annex I to Regulation (EC) No 2003/ 2003 from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply
Inorganic Micronutrient Fertilisers	until 15 July 2022: as listed in accordance with Part E of Annex I to Regulation (EC) No 2003/ 2003 from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply
Sodium chloride	
Stone meal, clays and clay minerals	
Leonardite (Raw organic sediment rich in humic acids)	only if obtained as a by-product of mining activities
Humic and fulvic acids	only if obtained by inorganic salts/solutions excluding ammonium salts; or obtained from drinking water purification
Xylite	only if obtained as a by-product of mining activities (e.g. by-product of brown coal mining)
Chitin (Polysaccharide obtained from the shell of crustaceans)	obtained from organic aquaculture or from sustainable fisheries, in accordance with Article 2 of Regulation (EU) No 1380/2013
Organic ⁽¹⁾ rich sediment from fresh water bodies formed under exclusion of oxygen (e.g. sapropel)	only organic sediments that are by-products of fresh water body management or extracted from former freshwater areas when applicable, extraction should be done in a way to cause minimal impact on the aquatic system only sediments derived from sources free from contaminations of pesticides, persistent organic pollutants and petrol like substances until 15 July 2022: maximum concentrations in mg/kg of dry matter: cadmium: 0,7; copper: 70; nickel: 25; lead: 45; zinc: 200; mercury: 0,4; chromium (total): 70; chromium (VI): not detectable from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply
Biochar – pyrolysis product made from a wide variety of organic materials of plant origin and applied as a soil conditioner	only from plant materials, when treated after harvest only with products included in Annex I until 15 July 2022: maximum value of 4 mg polycyclic aromatic hydro-carbons (PAHs) per kg dry matter (DM) from 16 July 2022, the relevant limits for contaminants set in Regulation (EU) 2019/ 1009 apply
Recovered struvite and precipitated phosphate salts	products must meet the requirements laid down in Regulation (EU) 2019/1009 animal manure as source material cannot have factory farming origin
Sodium nitrate	only for algae production on land in closed systems
Potassium chloride (muriate of potash)	only of natural origin
⁽¹⁾ Here 'organic' is used in the sense of organic chemistry, not organic farming	

ANNEX IV

Authorised products for cleaning and disinfection referred to in points (e), (f) and (g) of Article 24(1) of Regulation (EU) 2018/848

PART B

Products for the cleaning and disinfection of buildings and installations used for plant production, including for storage on an agricultural holding

PART C

Products for cleaning and disinfection in processing and storage facilities

PART D

Products referred to in Article 12(1) of this Regulation

The following products or products containing the following active substances as listed in Annex VII to Regulation (EC) No 889/2008 cannot be used as biocidal products:

- caustic soda;
- caustic potash;
- oxalic acid;
- natural essences of plants with the exception of linseed oil, lavender oil and peppermint oil;
- nitric acid;
- phosphoric acid;
- sodium carbonate;
- copper sulphate;
- potassium permanganate;
- tea seed cake made of natural camelia seed;
- humic acid;
- peroxyacetic acids with the exception of peracetic acid.